



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA
PARAÍBA**

KARLA ELOISSE ALENCAR DE OLIVEIRA

Mossoró - RN
Julho de 2019

KARLA ELOISSE ALENCAR DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA
PARAÍBA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, Campus de Mossoró, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Lílian Caporlândia Giesta Cabral

Mossoró - RN
Julho de 2019

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei n° 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei n° 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

0048e OLIVEIRA, KARLA ELOISSE ALENCAR.
EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CURSOS DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DA PARAÍBA / KARLA ELOISSE ALENCAR
OLIVEIRA. - 2019.
91 f. : il.

Orientador: LILIAN CAPORLINGUA GIESTA CABRAL
CABRAL.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em
Ambiente, Tecnologia e Sociedade, 2019.

1. Ensino Superior. 2. Diretrizes
Curriculares. 3. Projetos Pedagógicos dos Cursos.
I. CABRAL, LILIAN CAPORLINGUA GIESTA CABRAL,
orient. II. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

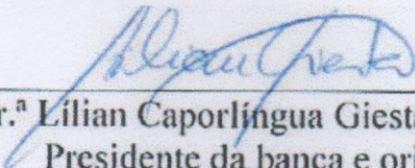
KARLA ELOISSE ALENCAR DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA
PARAÍBA**

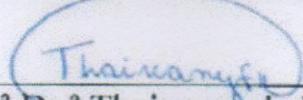
Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, Campus de Mossoró, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade.

Aprovada em: 31/07/2019

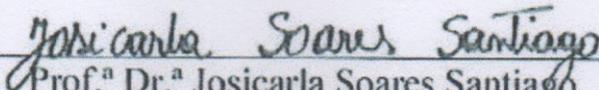
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Lilian Caporlingua Giesta Cabral – UFERSA
Presidente da banca e orientadora



Prof.^a Dr.^a Thaiseany de Freitas Rêgo
Membro interno à UFERSA



Prof.^a Dr.^a Josicarla Soares Santiago
Membro externo à Instituição

“Por isso não tema, pois estou com você; não tenha medo, pois sou o seu Deus. Eu o fortalecerei e o ajudarei; Eu o segurarei com a minha mão direita vitoriosa.” (Isaías 41:10).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, criador de todas as coisas, agradeço pelo dom da vida, Ele que é razão maior da minha existência, a quem sou imensamente grata por tudo que tenho e sou.

À minha família, em especial a minha mãe, por ter sido sempre meu maior exemplo de força e coragem, por ser minha maior incentivadora e acreditar no meu potencial. Ao meu pai, *in memoriam*, que acredito está torcendo por mim de onde estiver. Aos meus irmãos, em especial a minha irmã Kaiza Maria Alencar de Oliveira, meu espelho na docência, a maior incentivadora dos meus objetivos e a qual devo meu ingresso e continuidade na vida acadêmica.

Á um grande amigo, Lucas Moraes, que sempre esteve comigo, inclusive nos momentos em que eu quis desistir, dando apoio e suporte necessário.

À minha orientadora, a Profa. Dra. Lilian Caporlândia Giesta Cabral, pela sua paciência. Por acreditar que chegaríamos ao fim e por não ter desistido em um só momento. Obrigada pelas orientações e pelo incondicional apoio nessa reta final.

A banca examinadora, Profa. Dra. Thaiseany de Freitas Rêgo e Profa. Dra. Josicarla Soares Santiago. Obrigada pelas contribuições e disponibilidade em participarem da banca. Minhas queridas professoras que me acompanham desde a graduação.

Agradeço à Universidade Federal Rural do Semi-Árido, aos professores e colegas do mestrado, aos quais tive a oportunidade de trocar conhecimento e compartilhar de bons momentos. Não esquecendo das secretárias e as meninas do apoio, sempre tão disponíveis.

Agradeço às Instituições de Ensino Superior onde realizei a pesquisa. Tive a oportunidade de conhecer pessoas maravilhosas durante a pesquisa.

Por fim, gostaria de agradecer aos que contribuíram de forma direta e indireta para a realização dessa conquista.

A vocês, meu muito obrigada!

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA PARAÍBA

RESUMO

Nas últimas décadas observa-se em todo o mundo uma crescente preocupação com a questão ambiental. A Educação Ambiental vem sendo apontada como uma importante ferramenta que contribui para a participação da sociedade na preservação e conservação do meio ambiente, promovendo assim a difusão do conhecimento. A Educação Ambiental é um tema interdisciplinar e transversal que deve ser adotada junto a formação educacional. Como consta na Lei nº 9.795/99 (Política Nacional de Educação Ambiental), as instituições educativas devem promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que as mesmas desenvolvem. Ao tempo em que a dimensão ambiental, também, deverá constar dos currículos de formação de professores e em todas as disciplinas, no intuito de atender os objetivos da respectiva lei. A presente pesquisa buscou analisar como a temática ambiental vem sendo trabalhada nos cursos, presenciais, de Ciências Contábeis das Universidades Públicas do Estado da Paraíba. Trata-se de uma pesquisa descritiva e de natureza qualitativa, pois descreveu as características dos sujeitos estudados através da interpretação e relação dos fatos. Quanto aos procedimentos de coleta, foi realizado um estudo de campo com as Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado da Paraíba, onde foram entrevistados os Coordenadores e o Corpo Docente do curso de Ciências Contábeis das referidas IES. Foram utilizados, como instrumentos de coleta de dados, dois roteiros de entrevistas, um aplicado aos Coordenadores e outro ao Corpo Docente, composto por quesitos subjetivos. Ainda, foi realizada uma análise documental, onde foram coletadas, através de um *check-list*, informações referentes aos PPC's dos cursos pesquisados. Os resultados obtidos com o presente estudo mostram que ainda são grandes os desafios para uma inserção eficiente da temática ambiental nos currículos dos cursos de Ciências Contábeis da Paraíba. A análise realizada com os coordenadores dos cursos pesquisados mostra que a temática vem sendo inserido nos cursos. Essa inserção se dá por meio tanto através dos conteúdos trabalhados nas disciplinas dos cursos e através de pesquisas realizadas pelos docentes das IES. As entrevistas realizadas com os docentes do curso apontam que esses não possuem dificuldades na inserção do tema nas disciplinas lecionadas; apontam que realizam tal inserção de forma interdisciplinar e transversal e, ainda, asseguram que os discentes participam de forma efetiva e que conseguem aplicar na prática os conceitos discutidos em sala. Através da análise realizada com os PPCs dos cursos pesquisados chegou-se à conclusão de que as falas dos coordenadores divergem no sentido de que os coordenadores apontam que são realizadas diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de eventos e ações pontuais relacionadas a temática, o que não pode ser observado no referido documento.

Palavras-Chave: Ensino Superior. Diretrizes Curriculares. Projetos Pedagógicos dos Cursos.

ENVIRONMENTAL EDUCATION IN ACCOUNTING SCIENCE COURSES

ABSTRACT

In recent decades there has been a growing concern around the world on the environmental issue. Environmental Education has been pointed as an important tool that contributes to the participation of society in the preservation and conservation of the environment, thus promoting the diffusion of knowledge. Environmental Education is an interdisciplinary and transversal theme that should be adopted along with educational background. As stated in Law No. 9,795 / 99 (National Policy for Environmental Education), educational institutions must promote environmental education in an integrated manner with the educational programs they develop. At the same time the environmental dimension should also be included in teacher training curricula and in all subjects, in order to meet the objectives of the respective law. The present research aimed to analyze how the environmental theme has been worked in the presential courses of Accounting Sciences of the Public Universities of the State of Paraíba. This is a descriptive and qualitative research, as it described the characteristics of the subjects studied through the interpretation and relationship of the facts. Regarding the collection procedures, a field study was conducted with the Public Higher Education Institutions of the State of Paraíba, where the Coordinators and the Faculty of the Accounting Sciences course of the referred IES were interviewed. As data collection instruments, two interview scripts were used, one applied to the Coordinators and the other to the Faculty, composed by subjective questions. Also, a documental analysis was performed, which collected, through a checklist, information regarding the PPC's of the researched courses. The results obtained with the present study show that the challenges for an efficient insertion of the environmental theme in the curricula of Accounting Science courses in Paraíba are still great. The analysis carried out with the coordinators of the researched courses shows that the theme has been inserted in the courses. This insertion occurs through both the contents worked in the course subjects and through research carried out by the teachers of the HEI. The interviews with the teachers of the course indicate that they have no difficulty in inserting the theme in the subjects taught; They point out that they perform this insertion in an interdisciplinary and cross-sectional way and also ensure that students participate effectively and that they can apply the concepts discussed in class in practice. Through the analysis carried out with the PPCs of the researched courses, it was concluded that the coordinators' speeches differ in the sense that the coordinators point out that there are several teaching, research and extension activities, as well as specific events and actions related to the theme. , which cannot be observed in that document.

Keywords: Higher Education. Curriculum Guidelines. Pedagogical Projects of the Courses.

LISTA DE ABREVIATURAS

CMMAD – Comissão Mundial Para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNE – Conselho Nacional de Educação
DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais
EA – Educação Ambiental
IES – Instituições de Ensino Superior
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
NDE – Núcleo Docente Estruturante
ONG – Organização não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PP - Projeto Pedagógico
PPC – Projeto Pedagógico do Curso
PPP – Projeto Político Pedagógico
TCC – Trabalhos de Conclusão de Curso
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFCG – universidade Federal de Campina Grande
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instituições de Ensino Superior com o curso Ciências Contábeis, modalidade presencial, no Estado da Paraíba-----	33
Quadro 2 - Disponibilidade dos PPCs dos cursos pesquisados -----	37
Quadro 3 - Agrupamento das IES de acordo com a formação dos coordenadores e professores com suas respectivas disciplinas lecionados nos cursos pesquisados--	39
Quadro 4 - Respostas dados pelos coordenadores acerca de como a questão ambiental é trabalhada nos cursos de Ciências Contábeis das IES pesquisadas ----	45
Quadro 5 - Respostas dos coordenadores sobre a importância de contemplar a questão ambiental no Projeto Pedagógico do Curso-----	46
Quadro 6 - Respostas dos coordenadores sobre se as questões ambientais estão bem contempladas no curso-----	48
Quadro 7 - Respostas dos coordenadores sobre se existe um tempo regular para revisão do PPC e das disciplinas-----	49
Quadro 8 - Respostas dos coordenadores sobre se eles teriam alguma alteração que eles gostariam de inserir no PPC em relação as questões ambientais-----	50
Quadro 9 - Respostas dos coordenadores sobre se há consideração dos aspectos legais de educação ambiental no PPC-----	52
Quadro 10 - Respostas dos coordenadores sobre se eles percebem desafios para a elaboração e/ou implementação das questões ambientais na estrutura curricular do curso em que coordena-----	53
Quadro 11 - Respostas dos coordenadores sobre se os professores, a coordenação ou a instituição estimulam práticas sustentáveis no curso-----	54
Quadro 12 - Respostas dos coordenadores sobre se as disciplinas do curso contribuem para que os formandos intervenham na melhoria/mudança de suas realidades, pensando na questão ambiental e de que forma-----	56
Quadro 13 - Respostas sobre o que os coordenadores acham que a Instituição poderia fazer para contribuir na formação de cidadãos mais responsáveis ambientalmente-	57
Quadro 14 - Respostas dos coordenadores sobre se os professores e discentes do curso desenvolvem pesquisas articulando questões ambientais e de que forma ----	59
Quadro 15 - Respostas dos docentes em relação a sua formação acadêmica- -----	61

Quadro 16 - Respostas dos docentes em relação a sua percepção de Meio Ambiente -----	62
Quadro 17 - Respostas dos docentes sobre como os eles trabalham a temática em suas disciplinas -----	64
Quadro 18 Respostas dos docentes sobre as dificuldades e benefícios encontrados na inserção da questão ambiental nas disciplinas -----	67
Quadro 19 - Respostas sobre se eles desenvolvem/estimulam/oriental pesquisa e/ou participa de projetos de extensão -----	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - As questões ambientais são trabalhadas nos cursos de Ciências Contábeis -----	72
Tabela 2 - A instituição se propõe a trabalhar as questões ambientais nos cursos de Ciências Contábeis -----	72
Tabela 3 - A Educação Ambiental é abordada em disciplina específica -----	73
Tabela 4 - A temática ambiental é abordada em disciplina específica -----	73
Tabela 5 - Quantitativo de disciplinas obrigatórias e optativas/eletivas -----	74
Tabela 6 - Integração entre os conteúdos dos currículos e as questões ambientais-	75
Tabela 7 - Previsão no PPC acerca das questões ambientais na extensão -----	75
Tabela 8 - Previsão no PPC acerca das questões ambientais na pesquisa -----	76
Tabela 9 - O Meio Ambiente é tratado como um conteúdo interdisciplinar -----	76
Tabela 10 - O perfil do profissional formado atende a ideia de que o indivíduo é um dos atores do meio ambiente -----	77
Tabela 11 - Em algum momento é citada a Lei 9.795/99 -----	77
Tabela 12 - Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental são citadas no PPC -----	78

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA	15
1.1.1 Geral	15
1.1.2 Objetivos Específicos	15
1.2 JUSTIFICATIVA	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	17
2.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR.....	20
2.2.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental	23
2.3 A CRIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS.....	26
2.3.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Ciências Contábeis ...	28
2.3.2 A inserção da temática ambiental nos cursos de Ciências Contábeis	29
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	32
3.2 UNIVERSO DA PESQUISA	33
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA.....	34
3.4 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS.....	35
3.4.1 Análise Documental	36
3.4.2 Entrevistas semiestruturadas	38
3.5 ANÁLISE DE DADOS.....	41
3.6 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E DE EXCLUSÃO.....	41
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	43
4.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DOS COORDENADORES.....	43
4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DOS DOCENTES	60
4.3 ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICE A	89
APÊNDICE B	89
APÊNDICE C	91

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, observa-se em todo o mundo um crescimento nas discussões acerca da questão ambiental. Conforme comenta Giesta (2013, p. 453), “o tema ambiental tem despertado interesse nas comunidades, nos meios midiáticos, nos espaços acadêmicos. Estudos nas mais diversas áreas são feitos com essa temática, mas as discussões não abordam o mesmo foco”.

Os efeitos da degradação ambiental têm causado mudanças no comportamento da sociedade em decorrência da grande quantidade de informações que estão sendo disponibilizadas sobre o assunto. Acredita-se que tal mudança de comportamento é proveniente da formação intelectual do indivíduo, ou seja, resultado da sua educação e das relações sociais e culturais. Os investimentos em educação ambiental têm contribuído para uma maior participação da sociedade na preservação e conservação do meio ambiente, promovendo assim a difusão do conhecimento.

Conforme Araújo (2004) menciona, a educação ambiental permite estabelecer uma prática pedagógica contextualizada e crítica ao tempo em que explica as causas da utilização do patrimônio natural.

A Educação Ambiental deve ser uma prática desenvolvida de forma interdisciplinar e transversal adotada junto a formação educacional dos indivíduos. Como consta na Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental), as instituições educativas devem promover a educação ambiental de maneira integrada aos seus programas educacionais ao tempo em que a dimensão ambiental, também, deverá constar dos currículos de formação de professores e em todas as disciplinas.

Por isso, as Universidades em seus cursos devem possuir a temática ambiental em suas disciplinas, e estudá-la pode ser fator de extrema importância, uma vez que ela é responsável por transformar as concepções do ser humano e sua relação com a sociedade, uma vez que a questão educacional é fundamental para a sustentabilidade, evidenciando a maneira como o indivíduo utiliza os recursos naturais a sua disposição, conforme comenta Bernardini (2011). Sauv  (2005, p. 317) comenta que “a educa o ambiental implica uma educa o para a conserva o e para o consumo respons vel e para a solidariedade na reparti o equitativa dentro de cada sociedade, entre as sociedades atuais e entre estas e as futuras”.

Mesmo não havendo uma unanimidade em relação aos conceitos de Educação ambiental, conforme comenta Giesta (2012), ela se torna uma das principais ferramentas que busca sensibilizar os indivíduos às causas ambientais, tanto em relação à sociedade quanto nas organizações, ao tentar promover uma mudança social, a partir de uma relação mais consciente entre a sociedade, o ambiente e as organizações.

Neste sentido, vale salientar que há uma crescente preocupação por parte das organizações em adotarem práticas mais sustentáveis que tentem minimizar as agressões ao meio ambiente, seja devido a exigências legais e/ou punições, seja por elas estarem mais conscientes sobre a escassez dos recursos naturais, resultado do crescimento econômico. Tais práticas são um reflexo de um olhar mais consciente que surgiu com a constatação de que os recursos naturais poderiam se esgotar, assim, os gestores precisam estar mais conscientes sobre a responsabilidade socioambiental no intuito de minimizarem os impactos negativos de suas ações no meio social e ambiental.

Com a inserção da Educação Ambiental nas Instituições de Ensino, os indivíduos passam por um processo de formação profissional em que as questões ambientais estariam inseridas. Conforme a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais estimula o fortalecimento e desenvolvimento mais consciente e com atitudes éticas em relação ao meio ambiente.

Essa nova postura adotada e exigida dos profissionais, pelas organizações, depende de conhecimentos específicos por partes desses profissionais, inclusive o Contador, pois este é responsável pelo fornecimento de informações importantes que são destinadas ao processo de tomada de decisão, bem como contribuem para a prestação de contas e construção de valores sociais dentro das organizações.

A formação desses indivíduos voltados para essa questão ambiental pode ser fator de grande importância uma vez que as organizações estão mais conscientes do papel de administrar suas ações de forma responsável, pois os principais problemas ambientais mundiais estão relacionados à maneira como estas organizações exercem suas atividades; como elas utilizam os recursos do meio ambiente para produzir bens, serviços e resíduos, conforme comenta Barbieri (2004).

Neste sentido, percebe-se que incluir a Educação Ambiental no ensino superior, pode contribuir com a formação de profissionais com mais habilidades em

relação a questão ambiental. Conforme comenta Giesta (2009), é a Academia quem prepara os cidadãos e os profissionais que irão atuar no mercado bem como aplicar os conhecimentos técnicos.

Diante do exposto, verifica-se que a necessidade de formar profissionais comprometidos com as questões ambientais, pois, a inserção desta temática no currículo desses indivíduos contribui para a construção de valores sociais, conhecimento, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação e preservação do meio ambiente.

Assim, as Instituições de Ensino devem inserir a questão ambiental nos currículos desses profissionais, pois além de está estabelecido em lei (9.795/1999 - PNEA), a inserção é necessária para que estes se tornem profissionais mais críticos em relação a questão ambiental, o que contribuirá para uma melhor qualificação e preparação para atender a essa nova exigência por parte das organizações, que consigam utilizar mecanismos para a utilização racional e equilibrada dos recursos naturais.

Vale salientar que a Educação por si só não é suficiente e que outros fatores sociais e culturais devem ser levados em consideração, além da conscientização e sensibilização em relação as questões ambientais. Conforme comenta Bernardini (2011), a educação ambiental envolve primeiramente um processo de conscientização quanto ao impacto ambiental gerado por ele tanto como indivíduo como profissional e que, além disso, ele esteja sensibilizado com a questão ambiental.

Assim, a educação ambiental vem sendo considerada como importante instrumento de conscientização dos indivíduos e sua inserção no currículos das IES pode contribuir para a formação de profissionais com mais habilidades em relação as questões ambientais.

As organizações são apontadas como um dos principais agentes de agressão ao meio ambiente. Para mitigar essa conduta, essas organizações demandam por profissionais qualificados e que contribuam com uma melhor gestão ambiental.

É dado um foco específico aos cursos de Contabilidade, pois estes irão formar profissionais mais críticos as questões ambientais bem como atender a essa nova exigência das organizações; que estão cada vez mais inserindo as questões ambientais, no intuito de conciliar o desenvolvimento econômico atrelado à sustentabilidade. Estes profissionais são responsáveis por suprir os gestores de

informações consideradas importantes no que diz respeito a utilização de ferramentas gerenciais.

1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.1.1 Geral

Neste sentido, a presente pesquisa busca analisar como a temática ambiental vem sendo trabalhada nos cursos presenciais de Ciências Contábeis das Universidades Públicas do Estado da Paraíba.

1.1.2 Objetivos Específicos

- ✓ Demonstrar como a questão ambiental é tratada nos cursos de Ciências Contábeis presenciais de instituições de ensino públicas da Paraíba, com base nos coordenadores de curso;
- ✓ Apontar a percepção de docentes dos cursos analisados acerca da inserção da questão ambiental nos seus cursos;
- ✓ Verificar se a questão ambiental é abordada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos pesquisados.

1.2 Justificativa

A Educação Ambiental vem sendo discutida como uma proposta através da qual os indivíduos constroem valores e ações voltadas a conservação e preservação ambiental. Ela é tida uma prática intencional que proporciona ao indivíduo seu desenvolvimento e um pensar mais crítico sobre as questões ambientais no contexto social bem como sobre as ações praticadas junto às organizações.

A presente pesquisa se justifica na crescente necessidade de discussões acerca da temática ambiental e de sua inserção nos currículos de coordenadores e docentes dos cursos pesquisados, compreendendo a realidade dessa temática e contribuindo para o fomento e disseminação do tema na academia e no contexto social em que ela está inserida, pois mesmo a inserção da educação ambiental, em todos

os níveis e modalidades de ensino, ser regulamentada por lei (PNEA, Lei nº 9.795/99) ainda observa-se resistência e/ou incompreensões sobre a interdisciplinaridade e a transversalidade da temática por meio desses indivíduos.

Assim, a presente pesquisa se justifica pela contribuição às IES que ofertam esses cursos, para que haja uma contribuição no processo de conscientização sobre a importância da temática na formação de profissionais, bem como da sociedade. Assim, esses profissionais devem ser capacitados para compreender, além das questões econômicas e financeiras, as questões sociais e ambientais no âmbito nacional e internacional, bem como nos diferentes modelos de organizações. Além disso, é essencial que o esse profissional tenha uma visão sistêmica e interdisciplinar, principalmente no que diz respeito ao fornecimento de informações que contribuam para a promoção de atitudes mais éticas em relação ao meio ambiente.

A pesquisa se justifica, ainda, no fato de que sendo a Educação Ambiental como um dos principais meios de conscientização dos indivíduos, precisa ser dada mais ênfase a sua inserção nas Instituições de Ensino Superior, bem como a necessidade de se saber como essa temática tem sido trabalhada pelos principais envolvidos no processo de disseminação do conhecimento sobre o assunto, como os coordenadores e professores dos cursos pesquisados.

A inserção de questões ambientais no currículo dos cursos superiores é tratada como questão essencial para a mudança de cultura e atitudes em relação ao meio ambiente. BILERT *et al.* (2014) completam ao mencionar que o desenvolvimento econômico e social está relacionado com a dimensão ambiental e que a universidade, através da grade curricular dos cursos, é responsável pela profissionalização dos seus alunos.

Assim, espera-se que esta pesquisa contribua como arcabouço teórico para outros novos estudos envolvendo esta temática.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo traz uma revisão bibliográfica acerca da temática ambiental, bem como sua conceituação, marco histórico e aspectos relacionados à Educação Ambiental no Ensino Superior.

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os efeitos da degradação ambiental têm causado mudanças no comportamento da sociedade. Acredita-se que tal mudança de comportamento é proveniente da percepção dos problemas socioambientais o que tem levado o homem, conforme comenta Bernardini (2011, p. 267), “a repensar seu modelo de crescimento econômico, buscando alinhá-lo ao ideal do desenvolvimento sustentável”.

Em virtude disto, os investimentos na disseminação de discussões acerca da educação ambiental têm contribuído para a participação da sociedade na preservação e conservação do meio ambiente, promovendo assim, a difusão do conhecimento sobre o tema.

A Lei nº 9.795/1999 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) traz em seu art. 1º:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999)

Conforme disposto da Lei nº 9.795/99, a Educação Ambiental contribui para o desenvolvimento do indivíduo. É um processo pelo qual os indivíduos constroem valores e ações voltadas a conservação e preservação do meio ambiente. É uma prática intencional que proporciona ao indivíduo seu desenvolvimento e um pensar mais crítico sobre as questões ambientais e sobre as ações praticadas junto à sociedade. É um processo permanente, no qual a sociedade, de uma forma geral, tem tomado consciência sobre a atual situação global, bem como sobre a escassez dos recursos naturais (TOALDO; MEYNE, 2012).

Nesse sentido, é notória a importância da inserção e permanência da Educação Ambiental na Educação Nacional, conforme art. 2º da referida Lei, devendo estar, de

forma articulada, presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, tanto em caráter formal quanto não-formal (BRASIL, 1999).

A Educação Ambiental deve ser entendida como parte de um processo educativo mais amplo e que a mesma é um direito de todos os indivíduos. A Lei nº 9.795/1999 diz que, esse direito deve ser incumbido ao Poder Público, às Instituições educativas, aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente, aos meios de comunicação de massa, às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas e a sociedade como um todo (BRASIL, 1999).

Observa-se que um dos meios para garantir o acesso a Educação Ambiental, por parte da sociedade, é através das Instituições de Ensino, por isso a importância de trazer essa temática para tais instituições, principalmente as de nível superior, por serem estas responsáveis por formar profissionais que atuarão no mercado de trabalho; no intuito de tornar esse indivíduo mais consciente de seu papel diante da crise ambiental, uma vez que esses indivíduos já adentrarão o mercado de trabalho com um pensar mais consciente em relação às questões ambientais (SOUZA, 2016).

Um dos princípios básicos da Educação Ambiental, destacados na Lei nº 9.795/1999, está relacionado ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva intermulti e transdisciplinar. Tais perspectivas são muito bem aceitas nas instituições de nível superior uma vez que o ensino nessas instituições são vistos sob diversas dimensões (BRASIL, 1999).

Trabalhar a Educação Ambiental nas Universidades pode contribuir com o aumento reflexões, uma vez que ela é responsável por transformar as concepções do ser humano, sua relação com a sociedade e o meio ambiente, pois ela contribui para uma formação mais ética, bem como voltada à valores sociais por esses indivíduos (LACERDA; SILVA; SILVA; SOUZA, 2014). Assim, tais indivíduos passam por um processo de formação mais consciente e com atitudes éticas em relação ao meio ambiente e todo o seu entorno, o que acaba atingindo um dos objetivos da Educação ambiental conforme disposto no Art. 5º da Lei 9.795/1999:

- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II - a garantia de democratização das informações ambientais;
- III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
 V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
 VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
 VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (BRASIL, 1999).

Através dessa visão integrada, porém sob múltiplas dimensões, a Educação Ambiental promove uma mudança social a partir de uma relação mais consciente entre a sociedade e o meio ambiente (LACERDA; SILVA; SILVA; SOUZA, 2014).

Outro ponto importante a ser lembrado é a crescente preocupação por parte das organizações por questões ambientais pois estas estão, cada vez mais, tentando minimizar os impactos de suas ações agressivas ao meio ambiente bem como melhorar sua imagem juntos aos seus clientes. Estas organizações passaram a perceber que adotar um comportamento ambientalmente correto, pode trazer uma grande melhoria na redução de custos e ao mesmo tempo se tornar uma vantagem competitiva (RIOS; OLIVEIRA, 2013).

A Educação Ambiental tem se tornado a principal ferramenta capaz de tornar o indivíduo mais consciente com relação ao meio ambiente, tanto em relação à sociedade quanto nas organizações, uma vez que a mesma também deve está inserida no contexto empresarial, conforme mencionado no art. 8º da Lei nº 9.795/99, em seu §2º:

I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;
 II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;
 III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;
 IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente.
 V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental (BRASIL, 1999).

Nesse sentido, observa-se que a formação de profissionais voltados para essa questão ambiental torna-se de extrema importância uma vez que as organizações

estão mais conscientes de seu papel em administrar suas ações de forma responsável.

Em uma visão geral, esse olhar mais consciente surgiu com a constatação, por parte das organizações e da sociedade de que os recursos naturais podem se tornar escassos; assim, os indivíduos se sentem mais motivados pela responsabilidade socioambiental (VALENTIM *et al*, 2012).

Diante do exposto, verifica-se a importância de formar profissionais comprometidos com as questões ambientais, uma vez que, se tornem mais conscientes tanto em relação à sociedade quanto as organizações (LACERDA; SILVA; SILVA; SOUZA, 2014).

Assim, conforme comenta Souza (2016), as Instituições de Ensino Superior precisam inserir a questão ambiental nos currículos dos profissionais que irão trabalhar diretamente com a gestão das empresas, para que estes se tornem profissionais qualificados e preparados para atender a essa nova exigência por parte das organizações. Profissionais estes, que consigam utilizar mecanismos para a utilização racional e equilibrada dos recursos naturais; praticando, assim, uma boa gestão ambiental.

2.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR

Um dos grandes desafios da sociedade contemporânea é a promoção de uma Educação Ambiental crítica e inovadora que possibilite buscar uma transformação social em que o homem consiga melhorar sua relação com a natureza, entendendo que os recursos naturais são passíveis de esgotamento e que isso pode ocasionar grandes catástrofes (GUIMARÃES, 2016). Assim, o resgate e o desenvolvimento de valores e comportamentos, como a responsabilidade, confiança, respeito, solidariedade; e, de outro, o estímulo a uma visão mais global e crítica das questões ambientais sob a perspectiva interdisciplinar é um desafio dos educadores ambientais (TRISTÃO, 2008).

Devido à necessidade de buscar soluções para os graves problemas ambientais que afetam todo o planeta, a Educação Ambiental acaba se tornando um imperativo que acolheu os reclames da sociedade nas mais diversas conferências e encontros, nacionais e internacionais. Assim, a inserção da EA nos cursos superiores

torna-se indispensável, uma vez que formam profissionais comprometidos com as questões ambientais (BARBIERI, 2004).

Para Souza (2016, p. 123):

As instituições de ensino superior (IES), por serem espaços de reflexão, geração de conhecimentos, preparo de estudantes para futuras práticas profissionais e desenvolvimento de pesquisas e tecnologias, vêm sendo convidadas a assumir a iniciativa de buscar possíveis alternativas e soluções para a problemática.

Como resultado, o número de cursos que aborda a temática ambiental nos mais variados temas tem aumentado nos últimos anos, porém apresenta um crescimento de forma lenta em detrimento à degradação ambiental.

Mesmo apresentando esse crescimento, Barbieri (2004) comenta que a EA nos cursos superiores ainda é desenvolvida por programas que não passam de atividades isoladas por ocasião de datas comemorativas como o Dia do Meio Ambiente ou sobre programas de coleta seletiva, desenvolvidos nas próprias instituições.

Os programas de EA devem considerar o meio ambiente na sua totalidade, essa é uma diretriz básica da Carta de Belgrado; e, esse acaba sendo um desafio, ou seja, o entendimento sobre o meio ambiente, envolvendo questões políticas, econômicas, estéticas etc. (BARBIERI, 2004).

A Lei nº 9.795/1999 institui a Política Nacional de Educação Ambiental e traz em seu art. 2º que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999). Assim, a própria lei estabelece a inserção da EA no ensino superior e diz que a mesma faz parte de um processo educativo mais amplo, que deve ser desenvolvida como prática educativa integrada, contínua e permanente e, que os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da referida Lei (BRASIL, 1999).

Coimbra (2011) comenta que as instituições de ensino superior estão fortemente vinculadas às linhas de atuação da Política Nacional de Educação Ambiental, que conforme o art. 8º da Lei nº 9.795/1999, estão relacionadas aos aspectos referentes a ensino, pesquisa e extensão, o tripé que sustenta as Universidades.

Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

- I - capacitação de recursos humanos;
- II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
- III - produção e divulgação de material educativo;
- IV - acompanhamento e avaliação.

§ 1º Nas atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental serão respeitados os princípios e objetivos fixados por esta Lei.

§ 2º A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

- I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;
- II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;
- III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;
- IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;
- V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.

§ 3º As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para:

- I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- II - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;
- III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental;
- IV - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental;
- V - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo;
- VI - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V (BRASIL, 1999).

Mesmo diante de toda legislação que norteia o assunto, Coimbra (2011) comenta que as instituições de ensino superior ainda não se voltaram para o tema na sua totalidade e que a inserção da Educação Ambiental se dá ainda, que de forma lenta e diversificada, seja em uma perspectiva de interdisciplinaridade ou mesmo como disciplina específica nos currículos dos cursos de graduação. Souza (2016), em sua pesquisa, corrobora com a visão de Coimbra (2011), em que afirma haver uma ambientalização das universidades, mesmo assim estas ainda não se apropriaram na prática do próprio conhecimento que produz para a resolução dos problemas ambientais.

Uma pesquisa realizada por Silva e Haetinger (2012) aponta que dentre as dificuldades em abordar a temática ambiental no ensino superior está a falta de referência, insegurança por parte dos professores em trabalhar a temática de forma

interdisciplinar junto a suas disciplinas e ausência de um plano metodológico de como fazer uma ponte com a realidade local.

Diante do exposto, nota-se a importância de uma mudança de postura nas estruturas dessas instituições e que devem ser realizados vários investimentos para alcançar esse objetivo de inserção da EA nas IES, caso contrário as dificuldades supracitadas continuarão a existir.

No que se refere a legislação brasileira, a Lei nº 9.795/1999 estabelece que a temática ambiental deve estar presente em todas as modalidades do processo educativo, incluindo as IES, cuja temática deve está referenciada no Projeto Pedagógico dos Cursos (BRASIL, 1999). A temática, ainda, é abordada na Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

2.2.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental

A Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a serem observados pelas instituições de ensino, inclusive a Educação Superior com base no que é orientado na Constituição Federal e pela Lei nº 9.795/99, Lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 2012).

A resolução supracitada tem como objetivo, dentre outros, “estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes” (BRASIL, 2012).

O Art. 1º da Resolução Nº 2/2012 traz em seus 4 incisos os demais objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA):

- I - sistematizar os preceitos definidos na citada Lei, bem como os avanços que ocorreram na área para que contribuam com a formação humana de sujeitos concretos que vivem em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural, com suas condições físicas, emocionais, intelectuais, culturais;
- II - estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes;
- III - orientar os cursos de formação de docentes para a Educação Básica;

IV - orientar os sistemas educativos dos diferentes entes federados” (BRASIL, 2012).

A Educação Ambiental vista como uma dimensão da educação, deve contribuir para o desenvolvimento mais social em relação as questões ambientais, pelo indivíduo. Ela visa, ainda, conforme dispõe o art. 3º da Resolução 2/2012, a “construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído”. (BRASIL, 2012, p. 2).

Por não ser uma atividade neutra, a EA, deve assumir suas dimensões políticas e pedagógicas de forma articulada e interdependente, conforme está disposto na Resolução nº 2/2012, adotando uma abordagem que faça uma ligação entre a natureza, a sociocultural, a produção, o trabalho, bem como o consumo (BRASIL, 2012).

“Art. 7º Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma-se que a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos” (BRASIL, 2012 p. 3).

Nesse sentido, torna-se evidente a importância da inclusão da EA em todos os níveis da educação, inclusive de nível superior, uma vez que essa contribui para a formação mais ética em relação a questão ambiental, a mesma deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, devendo ser implantada como disciplina ou componente curricular específico. O caráter interdisciplinar da EA reforça o que é disposto na Resolução nº 10/2004 do CNE, em que dispõe sobre a inclusão de atividades interdisciplinares nos seus projetos pedagógicos, voltados a construção de valores sociais por esses indivíduos (BRASIL, 2012).

A Resolução nº 2/2012 dispõe no seu art. 10 sobre a promoção, por parte das IES de uma gestão, ações de ensino e extensão orientados pelos princípios e objetivos da EA. Aborda, ainda, sobre a necessidade de os professores em atividade receberem formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender de forma pertinente ao cumprimento dos princípios e objetivos da EA (BRASIL, 2012).

A EA contribui para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável em conformidade com seus princípios. Seus objetivos diferem conforme cada fase, etapa, modalidade e nível de ensino.

A Educação Ambiental, de acordo com a Resolução nº 2/2012 do CNE, deve contemplar uma abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida, de forma integrada e transversal, contínua e permanente em todas as áreas do conhecimento, nos seus componentes curriculares, bem como nas suas atividades escolares e acadêmicas. Deve proporcionar o aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo, através do incentivo à pesquisa e a apropriação de instrumentos pedagógicos e metodológicos no intuito de aprimorar a prática discente e docente, bem como a cidadania, de forma a integrar nos currículos dos cursos referências de sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012).

A proposta curricular das IES, conforme estabelecido no art. 15, § 1º da Resolução nº 02/2012, “é constitutiva Projeto Político-Pedagógico (PPP) e dos Projetos e Planos de Cursos (PC) das instituições de Educação Básica, e dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e do Projeto Pedagógico (PP) constante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das instituições de Educação Superior”, cujo tratamento pedagógico do currículo deve ser diversificado, promovendo valores de respeito ao meio ambiente (BRASIL, 2012).

A Resolução nº 2/2012 do CNE dispõe sobre a forma de inserção dos conhecimentos concernentes à EA nos currículos da Educação Superior.

Art. 16. A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer:
I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;
II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;
III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares (BRASIL, 2012 p. 5)

As formas de inserção citadas não excluem outras formas de inserção, desde que tais formas estimulem uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, o pensamento crítico na ótica da sustentabilidade socioambiental; reconhecimento e valorização da diversidade sobre o meio ambiente, promovendo o respeito e reflexão sobre seus impactos ambientais.

Conforme disposto na Resolução nº 2/2012, a inserção da EA visa contribuir, ainda, com o reconhecimento da importância dos aspectos que envolvem o meio ambiente, bem como a revisão de suas práticas escolares através da promoção de ações pedagógicas que permitam uma compreensão crítica da dimensão ética e

políticas das questões socioambientais, com projetos e atividades que contemplem a produção de conhecimentos científicos e promoção da Educação Ambiental.

Diante do exposto, e conforme observado na Resolução nº 2/2012, a inserção da EA nos sistemas de ensino contribui para que as IES se constituam em espaços educadores sustentáveis, cujo intuito é educar para a sustentabilidade socioambiental, integrando em seus currículos as questões ambientais. As instituições de ensino devem fomentar e divulgar estudos e experiências realizadas na área da EA.

O fomento a Educação Ambiental nas IES deve receber financiamento de órgãos públicos, apoiando projetos de pesquisa e investigação na área de EA, conforme dispõe a Resolução nº 2/2012 do CNE.

A EA uma vez integrada as IES pode desenvolver ações para suprir os problemas relacionados as questões ambientais. No contexto das IES que possuem cursos de gestão, como é o caso das Ciências Contábeis, pode contribuir para que haja um maior empenho por parte de profissionais egressos dessas IES em adquirir conhecimentos na compreensão e melhor gestão do meio ambiente, nos seus aspectos Interdisciplinar, Multidisciplinar e transversal.

2.3 A CRIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Sendo as organizações apontadas, segundo a literatura, como uma das principais responsáveis pelos problemas ambientais, é preciso ser dada atenção especial aos profissionais que estão saindo das instituições de ensino superior (IES), uma vez que tais instituições irão formar profissionais que atuarão nas organizações. O profissional contábil, dentre as suas funções, está a prestação de contas da gestão dessas organizações junto a sociedade, gerando informações que contribuam para a construção de valores orientados para a cidadania.

Segundo Romanowski e Pinto (2014), os primeiros registros voltados a regulamentação da profissão contábil surgiram a partir da República Velha, período em que foi criada a primeira Academia de Comércio, no Estado de Minas Gerais em 1891, porém os diplomas emitidos por essas escolas só foram reconhecidos em 1902, por força do Decreto nº 1.333, ano em que também surgiu a primeira legislação voltada a regulamentar a Escola de Comércio, oficializando assim, instituições de ensino comercial, dentre elas a Escola Prática de Comércio de São Paulo, objetivando oficializar a profissão contábil.

Ainda, conforme comenta Romanowski e Pinto (2014), com esse intuito de oficializar a profissão contábil, em 1905, através do Decreto Legislativo nº 1.339, tal escola foi declarada instituição de utilidade pública, ao tempo em que seus diplomas passaram a ser reconhecidos; cujo objetivo era a criação de um curso regular para oficializar a profissão contábil.

A referida escola passou a chamar-se de Escola de Comércio de São Paulo, que em 1907 passou a se chamar Escola de Comércio Álvares Peteados, em homenagem ao Conde Antônio de Alvares Leite Penteados, que havia feito uma doação de um terreno para a construção da escola (ROMANOWSKI E PINTO, 2014).

No mesmo período, em 1905, também foi regulamentada pelo Decreto Legislativo nº 1.339, a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, cujos seus diplomas foram reconhecidos por tal decreto. As duas escolas marcam o início do ensino da Contabilidade no Brasil. Tais escolas sofreram grande influência das escolas italianas, com ênfase no método das partidas dobradas; o que refletiu, também, na formulação da legislação contábil no país (CANDIOTTO E MIGUEL, 2014).

Leite (2005, p. 67) dispõe que:

Com essas duas instituições davam-se os primeiros passos para a instalação de um bom número de cursos de nível médio e superior no país, com os cursos superiores de economia, administração, atuária, estatísticas, marketing, além, é claro, de cursos técnicos em contabilidade e do curso superior de Ciências Contábeis, criado algumas décadas, mais precisamente em 1945. (LEITE, 2005, p. 67)

Nesse contexto, observa-se que as duas escolas citadas são considerados as primeiras escolas, cujo objetivo era a formação de Contador no Brasil, sem conceder, no entanto, o título de bacharel. Tal título só passou a ser concedido a partir de 1945, período em que foi regulamentado pelo Decreto Lei nº 7.988/1945 o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis. O referido decreto veio regulamentar o curso de Ciências Contábeis, estabelecendo que este deverá ter duração de 4 anos, cujas diretrizes a serem observadas pelas IES estão regulamentadas atualmente pela Resolução nº 10/2004.

2.3.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Ciências Contábeis

A Resolução nº 10 do Conselho Nacional de Educação de 16 de dezembro de 2004 institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior.

A referida resolução dispõe que as IES deverão estabelecer a organização curricular para os cursos de Ciências Contábeis por meio do Projeto Pedagógico.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior deverão estabelecer a organização curricular para cursos de Ciências Contábeis por meio de Projeto Pedagógico, com descrição dos seguintes aspectos:

- I - perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades;
- II – componentes curriculares integrantes;
- III - sistemas de avaliação do estudante e do curso;
- IV - estágio curricular supervisionado;
- V - atividades complementares;
- VI – monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade – como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição;
- VII - regime acadêmico de oferta;
- VIII - outros aspectos que tornem consistente o referido Projeto (BRASIL, 2004 p. 1).

Conforme Resolução nº 10 de 2004, no Projeto Pedagógico do Curso, além da concepção geral do curso de Ciências Contábeis, ainda deverá, entre outros elementos estruturais, o relacionamento as formas de realização da interdisciplinaridade. A referida resolução dispõe, ainda, em seu art. 3º que o curso de graduação deve ensejar condições para que o futuro Contador seja capacitado a compreender, além das questões econômicas e financeiras, as questões sociais no âmbito nacional e internacional, bem como nos diferentes modelos de organizações. Além disso, é essencial que o Contador tenha uma visão sistêmica e interdisciplinar da atividade Contábil (BRASIL, 2004).

Além de exercer suas responsabilidades com expressivo domínio das funções contábeis, pelo cumprimento de seus encargos quanto a prestação de contas da gestão das organizações junto a sociedade, gerando informações que contribuam para a organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania, conforme é mencionado no inciso VI, do art. 4º da Resolução nº 10/2004 do CNE.

No Projeto Pedagógico dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, conforme p art. 5º da Resolução nº 10/2004 do CNE, deverá contemplar o conteúdo de formação básica, o que inclui estudos relacionados com outras áreas do conhecimento como administração, direito, economia, entre outras.

Diante do exposto observa-se a necessidade da inclusão no Projeto Pedagógico dos cursos de Ciências Contábeis das IES, conforme a referida resolução do CNE, de conteúdos interdisciplinares que contribuam para a formação de um profissional capacitado para o fornecimento de informações que gerem valor para que as organizações cumpram tanto com seus encargos, quanto com a prestação de contas de suas atividades junto a sociedade, contribuindo assim, para a construção de valores sociais (BRASIL, 2004). A Educação Ambiental tem se mostrado uma prática indispensável para cumprir com essas necessidades, por seu caráter interdisciplinar e por auxiliar na formação de um profissional mais crítico em relação as questões socioambientais.

2.3.2 A inserção da temática ambiental nos cursos de Ciências Contábeis

É evidente que as questões relacionadas ao meio ambiente têm despertado interesse nas comunidades, no meio acadêmico e nas organizações. Bilert *et al.* (2014) acrescenta que, a preocupação com os problemas ambientais passou a ter um caráter emergencial na sociedade nos últimos anos o que pode ter sido influenciada pelo esgotamento dos recursos naturais. Isso tem aumentado os investimentos em debates sobre a Educação Ambiental, pois a mesma contribui para a participação da sociedade na preservação e conservação do meio ambiente, promovendo assim a difusão do mesmo.

Galvão e Tenório (2009) comentam que torna-se evidente que um dos principais responsáveis pelos problemas ambientais são as organizações empresariais. Ao mesmo tempo, essas organizações têm desenvolvido ações e práticas sustentáveis, adotando uma postura socialmente correta, exigindo dos profissionais que estão envolvidos na gestão, um comportamento similar, afirmam Silva *et al.* (2017).

Para tanto, é necessário que esses profissionais passem por um processo de formação, em que estão inclusos nos currículos de formação conceitos que promovam a educação ambiental. É preciso ser dada atenção especial aos profissionais que

estão saindo das instituições de ensino superior (IES), uma vez que tais instituições irão formar profissionais que atuarão nessas organizações, afirmam Bilert *et al.* (2014).

Nesse sentido, as IES, em seus cursos, devem inserir a temática ambiental em seus currículos, pois tal temática é responsável por transformar as concepções desses profissionais e sua relação com a sociedade.

Conforme a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais estimula o fortalecimento e desenvolvimento mais consciente e com atitudes éticas em relação ao meio ambiente, o que se torna um perfil exigido pelas organizações. Essa responsabilidade social adotada e exigida dos profissionais, pelas organizações depende de conhecimentos específicos por parte desses profissionais, inclusive o Contador, pois este é responsável pelo fornecimento das principais informações que são destinadas ao processo de tomada de decisão, bem como de prestação de contas e construção de valores socioambientais e voltados a sustentabilidade

Devido seu caráter interdisciplinar, a temática ambiental tem ganhado espaço no campo da Contabilidade, conforme comenta Silva *et al* (2017), pois ela tem desempenhado papel relevante no contexto socioambiental.

Os cursos das áreas de ciências sociais aplicadas, entre eles os de Ciências Contábeis, são responsáveis por capacitar profissionais com uma visão mais abrangente, atuando na resolução de problemas socioambientais (BILERT, 2014).

A Contabilidade é responsável pelo fornecimento de informações para a tomada de decisões dentro das organizações. Ela apresenta condições de fornecer dados resultantes das interações das organizações com o meio ambiente; para tanto utiliza-se da Contabilidade Ambiental, como forma de atender aos usuários interessados na forma de atuação de empresas sobre o meio ambiente (GALVÃO; TENÓRIO, 2009).

Os autores supracitados relatam ainda que a inserção da temática ambiental nos cursos de Ciências Contábeis deve voltar-se para a gestão ambiental, de modo a evidenciar uma harmonização entre o crescimento econômico e a preservação ambiental, levando em consideração os anseios da sociedade. Eles afirmam que as IES têm papel fundamental na formação de contadores através da inserção da Educação Ambiental na matriz curricular dos cursos, de modo que estes estudantes

mudem a maneira de pensar e se questionem sobre as formas tradicionais de crescimento econômico (GALVÃO; TENÓRIO, 2009).

Mesmo estando em evidência a importância e necessidade da inserção da temática ambiental no currículo dos cursos de Ciências Contábeis, os estudos na área mostram que essa inserção ainda ocorre de modo lento e multidisciplinar, onde a temática é abordada em disciplinas que adotam diversas nomenclaturas, tais como, Contabilidade Ambiental, Gestão Ambiental, Economia Ambiental, Direito Ambiental, entre outras, conforme comenta Ribeiro *et al* (2010).

Gonçalves e Oliveira (2017), em sua pesquisa, constata uma unanimidade dos autores em relação a inserção da temática ambiental na formação do profissional contábil e que, em se tratando de Contabilidade e Educação Ambiental, os estudos e pesquisas ainda são recentes, que a necessidade de incorporar as questões ambientais no currículo dos contadores é no intuito de que esses profissionais se tornem aprendizes e educadores no processo de mudança de paradigmas nas questões ambientais.

Uma pesquisa realizada por Reis *et al* (2017) no Paraná apontam que, os alunos dos cursos de ciências contábeis pesquisados tiveram pouco contato com a temática ambiental, porém eles se mostraram interessados em aprofundar mais sobre o tema.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é caracterizada como os procedimentos ou caminhos para alcançar um fim. Ou seja, são os meios adotados com o propósito de atingir determinado conhecimento. São as regras lógicas que devem ser seguidas no processo de investigação. A seguir são apresentados os caminhos que foram percorridos para o desenvolvimento da presente pesquisa.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Pesquisa pode ser entendida como a procura de respostas por indagações propostas. É uma atividade humana de busca por conhecimento cujo objetivo é conhecer e explicar os fenômenos, fornecendo respostas às questões significativas.

Quanto às tipologias da pesquisa científica, elas podem ser classificadas, segundo Gonçalves (2003, p. 79), sobre quatro critérios: a pesquisa quanto aos objetivos; quanto aos procedimentos; quanto às fontes de informação e quanto à natureza dos dados, que pode ser quantitativa e qualitativa.

Neste sentido, a presente pesquisa pode ser classificada, quanto aos seus objetivos como descritiva, pois descreve as características dos sujeitos estudados. De acordo com Gil (2009, p. 42) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis”.

O problema desta pesquisa fundamenta-se na análise sobre a inserção da temática ambiental nos cursos, presenciais, de Contabilidade das Universidades Públicas do Estado da Paraíba. Assim, a presente pesquisa pode ser classificada quanto à natureza dos dados, como qualitativa, ao passo que interpreta a relação de fatos não quantificáveis.

Para Prodanov e Freitas (2013, p. 70):

a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os

pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Quanto aos seus procedimentos de coleta, este trabalho constitui-se de um estudo de campo, por ser um “[...] tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada” (GONÇALVES, 2003, p.67). Para tanto, foram utilizados como procedimento de coleta de dados a análise documental e a entrevista.

Na pesquisa documental, foram analisados os documentos das Instituições de Ensino estudadas, como fonte de dados, neste caso, a legislação específica a temática ambiental e o Projeto Pedagógico do Curso. Para a coleta de dados junto ao entrevistados, foram utilizados roteiros de entrevistas, aos coordenadores e professores dos cursos pesquisados. O referidos instrumentos de coleta são descritos mais adiante nesta pesquisa.

Alguns trabalhos científicos já foram publicados fazendo uma abordagem sobre a inserção da temática ambiental no ensino superior, porém, faz-se necessário ampliar os estudos voltados a esta temática.

3.2 UNIVERSO DA PESQUISA

A presente pesquisa tem como universo as Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado da Paraíba, que tenham em seus Centros e/ou *Campi* cursos na modalidade presencial em Ciências Contábeis. Até a data da presente pesquisa, 2017.2 a 2019.1, no Estado da Paraíba existiam 5 cursos de presenciais em Ciências Contábeis, concentrados em 3 Instituições Públicas, distribuídos em 5 *Campi*, dados retirados do portal E-MEC.

O quadro 1, a seguir, mostra a constituição do Universo desta pesquisa, as Instituições de Ensino Superior onde a pesquisa foi realizada.

Quadro 1: Instituições de Ensino Superior com o curso Ciências Contábeis, modalidade presencial, no Estado da Paraíba

IES	<i>Campi</i>	Centros
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	<i>Campus I</i> - João Pessoa	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
	<i>Campus IV</i> - Rio Tinto e Mamanguape	Centro de Ciências Aplicadas e Educação

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	Campus de Sousa	Centro de Ciências Jurídicas e Sociais
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	<i>Campus I</i> – Campina Grande	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
	<i>Campus VI</i> – Monteiro	Centro de Ciências Humanas e Exatas

Fonte: Criada pelo autor (2019)

Conforme mostra o quadro 1, a constituição do universo desta pesquisa é composta por 3 Instituições Públicas, sendo elas: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com dois *Campi* nas cidades de João Pessoa e Rio Tinto/Mamanguape; Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com um *Campi* na cidade de Sousa; e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), com dois *Campi* nas cidades de Campina Grande e Monteiro. Vale salientar que tais Instituições de Ensino possuem outros *Campi* em outras cidades e com outros cursos, porém para se atingir os objetivos desta pesquisa foram estudadas somente as Instituições que possuem o curso de Ciências Contábeis (foco da pesquisa).

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

A presente pesquisa foi realizada com os 5 coordenadores e 6 professores do corpo docente (indicados pelos coordenadores) dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Públicas do Estado da Paraíba.

Os coordenadores de curso por serem considerados agentes facilitadores do cursos, são responsáveis por contribuir na elaboração dos principais documentos que regulamentam o cursos, por motivarem docentes e alunos e serem os principais fiscalizadores das atividades institucionais.

Os professores foram selecionados levando em consideração a indicação dos coordenadores dos cursos pesquisados. Foram utilizados como critério de seleção, se esses docentes trabalham a temática ambiental por meio de ações de ensino, pesquisa e/ou extensão. Por este ser um tema interdisciplinar e transversal, foram consideradas na indicação quaisquer ações praticadas pelos docentes em relação ao tema.

Optou-se por esses sujeitos partindo-se do pressuposto de que a ambientação curricular, no ensino, na pesquisa e gestão depende do entendimento desses sujeitos com relação a questão ambiental; contribuindo assim, para uma melhor visão sobre a inserção desta questão nas Universidades pesquisadas.

3.4 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizadas algumas técnicas para a coleta de dados. Quanto aos seus procedimentos de coleta, este trabalho constituiu-se de um estudo de campo nas Universidades Públicas da Paraíba, onde foram realizadas entrevistas *in loco* com os coordenadores e corpo docente dos cursos de Ciências Contábeis das referidas IES, no período que compreendeu janeiro de 2019 a junho de 2019. O corpo docente foi indicado pelos coordenadores dos cursos, e estes indicaram os professores que tinham alguma relação com a temática ambiental, seja como professor de alguma disciplina e/ou projetos que tragam a temática. Ainda para a coleta de dados, a presente pesquisa utilizou dos Projetos Pedagógicos dos Cursos pesquisados.

Quanto ao roteiro de entrevista, o mesmo foi adaptado considerando a necessidade de obtenção de dados que serviu de suporte para a análise da inserção da temática ambiental nas Universidades Públicas do Estado da Paraíba e constituído de questões abertas. A entrevista realizada com os coordenadores foi composta de 28 quesitos discursivos (Apêndice A), já a entrevista realizada com o corpo docente foi composta de 18 quesitos discursivos (Apêndice B). Tais instrumentos de coleta foram elaborados a partir do modelo da Dissertação intitulada: “Educação Ambiental em cursos de Administração do estado do Rio Grande do Norte, realizada por Eneas (2016, p. 113 – 116) no ano de 2016. Vale ressaltar que a construção deste instrumento de coleta de dados possui vinculação com os objetivos propostos, bem como os pressupostos teóricos da presente pesquisa.

As entrevistas foram gravadas com autorização dos entrevistados, cujas respostas obtidas foram transcritas e analisadas de forma sistemática no intuito de atingir os objetivos da pesquisa bem como de reproduzir a fala dos entrevistados. Foi realizada uma análise de conteúdo em que os trechos das entrevistas transcritos foram apresentados em quadros e/ou tabelas.

Foi assegurado e garantido o sigilo da identidade dos entrevistados através dos TCLE's que foram assinados pelos entrevistados. Como medida de confidencialidade e privacidade, a entrevista aconteceu de forma presencial, individual e o entrevistado pôde escolher o local de realização.

Após a coleta de dados foi dado início a tabulação e conseqüentemente a análise dos dados. As informações coletadas foram organizadas e representadas por quadros e figuras, onde foi realizada uma análise qualitativa no intuito de proporcionar uma melhor visão sobre a inserção da temática ambiental nos cursos estudados.

Foi realizada, ainda, uma pesquisa documental, onde foram analisados os documentos das Instituições de Ensino estudadas, como fonte de dados, neste caso, a legislação específica a temática e o Projeto Pedagógico do Curso. Para tanto, foi utilizado como instrumento de pesquisa, um Check-List para a análise dos PPCs dos Cursos (Apêndice C).

A seguir, são apresentados os procedimentos utilizados por esta pesquisa para a coleta e análises dos dados.

3.4.1 Análise Documental

Toda pesquisa requer um levantamento de dados iniciais, sejam eles das mais variadas fontes. Pode-se dizer que a análise documental é umas das fases primárias de qualquer estudo. A análise documental tem como característica, conforme comenta Marconi e Lakatos (2003, p. 174), o fato de ser uma fonte de dados que está restrita a documentos, escritos ou não, em que os autores ainda os denominam como sendo fontes primárias.

A presente pesquisa constituiu-se de uma análise da legislação específica a temática, bem como sites, em específico o do Ministério da Educação, para consulta das Instituições de Ensino Superior, para fins de se construir o Universo desta pesquisa, a saber, as IES Públicas do Estado da Paraíba que possuem o curso de Ciências Contábeis, na modalidade presencial.

Além das fontes supracitadas, ainda foram consultados os Projetos pedagógicos do Cursos, por estes serem os documentos que concentram a sua concepção, bem como servem de orientação para seu funcionamento, respeitando as orientações do Conselho Nacional de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Graduação.

Através das análises destes documentos, observou-se que em sua maioria os mesmos possuem em sua composição: a contextualização em que as IES estão inseridas, seus objetivos, competências estabelecidas para o perfil do egressos, a matriz curricular do curso, bem como sua operacionalização, a carga horária das atividades do curso, as ementas das disciplinas, as bibliografias adotadas, como se configura o apoio acadêmico aos docentes e discentes, a infraestrutura das IES.

A análise dos PPCs dos cursos abrangidos pela presente pesquisa está relacionada ao seguinte objetivo específico: “Verificar se a questão ambiental é abordada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos pesquisados”. Para tanto, foi utilizado um *Check-list* (APÊNDICE C) elaborados a partir do modelo da Dissertação intitulada: “Educação Ambiental em cursos de Administração do estado do Rio Grande do Norte”, de Eneas (2016, p. 113 – 116), onde no foram incluídas questões afirmativas afim de verificar se a temática ambiental estava contemplada no referido documento. Para que as questões pudessem ser respondidas, o PPC de cada curso foi lido de forma antecipada, e tais questionamento foram respondidos com “sim” ou “não” para cada um dos quesitos respondidos.

Mesmo os Projetos Pedagógicos dos Cursos tendo sido lidos de forma antecipada, ainda foram feitas algumas anotações e/ou observações, *in loco*, durante as visitas em campo para a realização das entrevistas. Um único PPC não pude ser encontrado no site de uma das Instituições pesquisadas, porém durante as entrevistas, o mesmo foi disponibilizado pelo coordenador do curso.

A seguir será apresentado um quadro resumo referente a disponibilidade do Projeto Pedagógico de cada curso pesquisado.

Quadro 2 – Disponibilidade dos PPCs dos cursos pesquisados

IES	<i>Campi</i>	PPC online	Estrutura Curricular online	PPC disponibilizado pelo coordenador do curso
UFPB	Campus I - João Pessoa	Sim	Sim	Sim
UFPB	Campus IV Mamanguape	Não	Não	Sim
UFCG	Sousa	Sim	Sim	Sim

UEPB	Campus I Campina Grande	Sim	Sim	Sim
UEPB	Campus VI - Monteiro	Sim	Sim	Sim

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Como pode ser observado, o quadro 2, apresenta as IES que disponibilizaram seus PPCs para a análise documental da pesquisa. Todos os cursos tiveram seus PPCs disponibilizados por meio do site da IES, com exceção da UFPB, campus IV que disponibilizou por e-mail.

3.4.2 Entrevistas semiestruturadas

Outro meio utilizado nesta pesquisa para coleta de dados foi a entrevista semiestruturada com os coordenadores dos cursos pesquisados. O roteiro de entrevista é composto por 28 questões, abertas, cujo interesse era responder ao seguinte objetivo: “Descrever como a questão ambiental é tratada nos cursos de Ciências Contábeis presenciais de instituições de ensino públicas da Paraíba, com base nos coordenadores de curso”.

Para Marconi e Lakatos (2003) a entrevista é um procedimento de coleta de dados que constitui-se de uma “conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária”. Tal procedimento foi realizado com os coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis das Universidade Públicas do Estado da Paraíba.

A entrevista foi realizada com os 5 coordenadores das IES, todas elas realizadas no local de trabalho dos respondentes. A partir da entrevista realizada com os coordenadores, foram indicados os professores que também iriam participar desta pesquisa. O critério de seleção a ser utilizado pelo coordenador foi o professor trabalhar a temática ambiental de alguma forma, seja através de disciplinas e por meio de projetos de pesquisa e/ou extensão. As indicações ficaram entre 1 e 4 professores, porém alguns professores indicados, por motivos alheios ao pesquisador, não quiseram participar da pesquisa.

É importante destacar que as entrevistas foram agendadas previamente e de acordo com a disponibilidade de cada participante da pesquisa. A entrevista foi realizada de maneira individualizada e o tempo médio de duração de cada entrevista ficou entre 10 de 40 minutos. É importante destacar, também, que os instrumentos de coleta de dados (roteiro de entrevista) foi diferente para cada categoria de participante, sendo o roteiro contigo no Anexo A aplicado aos coordenadores e o Anexo B aplicado aos professores.

Vale ressaltar que as entrevistas foram realizadas com o consentimento dos entrevistados, que assinaram o Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido (TCLE). No presente termo foram esclarecidos três pontos aos participante: 1 – A participação é voluntária; 2 – Foram informados os riscos da pesquisa relacionados ao bem-estar do respondente; 3 – o entrevistado poderia optar pela interrupção da entrevista a qualquer momento. O TCLE foi entregue aos participantes logo no início das entrevistas, e os entrevistados também puderam fazer a escolha entre terem seus nomes divulgados ou não no estudo.

Tal procedimento de coleta de dados, conforme já mencionado anteriormente, também foi aplicado aos professores (indicados pelos coordenadores) dos cursos pesquisados. O processo de realização das entrevistas seguiu o mesmo roteiro dos já mencionado em relação aos coordenadores, atendendo assim ao seguinte objetivo da pesquisa: “Apontar a percepção de docentes dos cursos analisados acerca da inserção da questão ambiental nos seus cursos”.

Com o intuito de atingir os objetivos da pesquisa, as entrevistas foram transcritas e transformadas em texto, levado em consideração a fala dos entrevistados.

A seguir, é apresentado um quadro com o agrupamento das IES pesquisadas, a formação dos coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis e as disciplinas lecionadas pelos professores indicados para a realização das entrevistas. Para os professores, será indicado uma codificação já que de acordo com o TCLE, os entrevistados optaram por não terem seus nomes divulgados.

Quadro 3 – Agrupamento das IES de acordo com a formação dos coordenadores e professores com suas respectivas disciplinas lecionadas nos cursos pesquisados.

IES/ <i>Campi</i>	Formação do Coordenador	Disciplina ministrada pelo professor (selecionado) do curso pesquisado
-------------------	-------------------------	--

UFPB/ Campus I - João Pessoa	Graduação em Ciências Contábeis, Mestrado em Administração e Doutor em Administração.	Professor 1 – Contabilidade I; Contabilidade Ambiental Professor 2 – Não possui disciplina na graduação, porém foi indicada pelo coordenador, pois leciona a disciplina Contabilidade e desenvolvimento sustentável, nos cursos de pós-graduação -
UFPB/ Campus IV – Mamanguape e Rio Tinto	Graduação em Contabilidade, Especialização em Pedagogia, Mestrado em Contabilidade e Doutorado em Educação, Pós-doutorado em Ciências da Educação	Não houve indicação de professor pelo coordenador, com a justificativa de que a temática ambiental não é trabalhada em disciplina específica.
UFCEG/ Campus de Sousa	Graduação em Ciências Contábeis, Mestrado em Ciências Contábeis.	Professor 1 – Fundamentos de Administração Professor 2 – Não entrevistado Professor 3 – Não entrevistado Professor 4 – Não entrevistado
UEPB/ Campus I – Campina Grande	Graduação em Ciências Contábeis, Mestrado em Recursos Naturais e especialização na área contábil.	Professor 1 – Contabilidade Gerencial e Responsabilidade Social Corporativa Professor 2 – Não entrevistado
UEPB/ Campus VI – Monteiro	Graduação em Economia, Mestrado em Economia	Professor 1 – Contabilidade do Agronegócio, Análise das Demonstrações Contábeis e Contabilidade Socioambiental. Professor 2 – Controladoria, Noções Atuariais, Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor e Teoria Contábil II. Professor 3 – Não entrevistado

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Cabe destacar que os professores entrevistados foram indicados pelos coordenadores dos cursos pesquisados e que alguns desses professores não foram entrevistados por indisponibilidade.

As informações coletadas foram organizadas e representadas por quadros, no qual foi feita uma análise qualitativa no intuito de proporcionar uma melhor visão sobre

como a temática ambiental está inserida nos cursos de Ciências Contábeis das IES Públicas.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

Optou-se nesta pesquisa por uma análise qualitativa uma vez que esta busca compreender, com qualidade, o significado das falas do sujeitos pesquisados em relação ao contexto em que eles estão inseridos. Os discursos são transcritos na íntegra, fornecendo assim, um volume considerável de informações, característico de cada sujeito. A análise qualitativa busca descrever, compreender e interpretar os fenômenos, por meio das percepções e dos significados produzidos pelas experiências dos participantes (SAMPLERI *ET AL*, 2013, PAG. 36).

A análise qualitativa iniciou-se a partir de um levantamento bibliográfico e documental sobre a temática ambiental, perpassando por seus aspectos conceituais. Em seguida, para análise dos dados coletados em campo, foi utilizado o método da Análise de Conteúdo com a finalidade de interpretação das falas dos participantes.

Conforme Marconi e Lakatos (2003), a Análise de Conteúdo permitirá uma descrição sistemática e objetiva do conteúdo da comunicação. A presente análise seguiu as 3 fases sugeridas por Bardin (2011): 1 – a pré-análise, fase de organização do material propriamente dita; 2 – a exploração do material, que consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras (objetivos, hipóteses e referencial teórico) previamente formuladas; 3 – o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, no qual os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos.

As entrevistas realizadas em campo foram transcritas de forma sistematizada em quadros para que os objetivos desta pesquisa fossem atendidos e ao mesmo tempo, chegando ao essencial das significações das falas dos entrevistados.

3.6 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E DE EXCLUSÃO

Para essa pesquisa foram adotados os seguintes critérios:

a) Critérios de inclusão: Participarão desta pesquisa os coordenadores e professores dos cursos de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior

Públicas da Paraíba que deram seu consentimento expresso para participar da pesquisa;

b) Critérios de exclusão: Os professores que não foram mencionados pelo coordenador como tendo relação com a temática, pois, conforme exposto na metodologia, participarão da pesquisa os professores indicados pelos coordenadores que trabalhem em temática ambiental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente seção destina-se à transcrição dos trechos das entrevistas realizadas com os coordenadores e docentes dos cursos pesquisados, bem como fazer uma relação com a teoria apresentada no estudo em questão, com isso busca-se identificar possíveis divergências e/ou discrepâncias entre os discursos dos entrevistados e a teoria sobre a temática.

Os dados foram coletados no ano de 2019, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados e no próprio local de trabalhos destes. Conforme já mencionado, foram entrevistados os coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis das Instituições Públicas do Estado da Paraíba, juntamente com o corpo docente, indicado pelos coordenadores, conforme exposto na metodologia deste estudo.

4.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DOS COORDENADORES

Com o intuito de atender aos objetivos propostos por este estudo, as respostas dos entrevistados foram analisadas de forma minuciosa e cautelara. Após análise das respostas às questões do roteiro do Apêndice A, observou-se a necessidade de destacar algumas das questões trabalhadas no referido documento.

O roteiro de entrevista aplicado aos coordenadores foi elaborado considerando a necessidade de obtenção de dados que serviu de suporte para a análise da inserção da temática ambiental nas Universidades Públicas do Estado da Paraíba e constituído de questões subjetivas, no qual a entrevista realizada com os coordenadores foi composta de 28 quesitos discursivos (Apêndice A). Os quesitos perpassam desde a formação acadêmica do coordenador a dados quantitativos e qualitativos do curso.

As questões são de caráter discursivo, requerendo desde respostas simples como “Sim” ou “Não” como, também, deixando espaço para que os entrevistados pudessem responder de forma mais aberta tais questionamentos e pudessem expressar suas opiniões, com o intuito de obter o máximo de informações sobre como a temática ambiental é abordada nos cursos com base na percepção dos coordenadores pesquisados.

Inicialmente, os coordenadores foram questionados sobre o quantitativo do corpo docente e discente do curso, assim como os turnos que o curso atua. Em seguida, os coordenadores foram questionados sobre como eles vêm o papel dos

futuros contadores em relação às questões ambientais. Observou-se que, de acordo com as respostas dadas, os entrevistados afirmam que a temática ambiental é importante para os futuros Contadores, uma vez que estes têm papel fundamental para as organizações. Tal posicionamento pode ser melhor observado através da fala do coordenador da UFPB, Campus I:

É um assunto que tem sido importante e que tem estado em discussões. Eu acho que as empresas precisam observar e os contadores certamente serão as pessoas que vão dar um suporte e uma orientação nesse sentido. Claro que a gente sabe que o Contador por si só, ele não consegue abarcar essa dinâmica no ambiente empresarial, mas junto com outra equipe, de outros profissionais ele vai conseguir trabalhar e trazer isso a perspectiva profissional, que é um conteúdo e uma temática importante que os alunos precisam ter conhecimento.

Conforme comentam Fidelis *et al* (2014), a integração da temática ambiental com o curso de graduação em Ciências Contábeis, possibilita a ampliação do auxílio na construção de uma cidadania local e planetária, a partir da formação de uma consciência mais crítica das relações sociais e com a natureza. Os autores ainda comentam que tais questões devem ser inseridas em diversas áreas do conhecimento inclusive as Ciências Contábeis, o que contribuiria para o conhecimento dos problemas ambientais e construção da sustentabilidade por parte desses indivíduos.

Nesse sentido, observa-se a importância da inserção das questões ambientais nos currículos dos futuros profissionais da Contabilidade, uma vez que estes assumem papel primordial junto as organizações.

Ribeiro *et al.* (2010), comentam sobre importância do profissional de contabilidade nas organizações, sendo eles agentes que contribuem para uma melhor organização nessas instituições, devendo estes profissionais estarem habilitados para o desenvolvimento atividades de gestão.

Os coordenadores foram questionados se a questão ambiental é trabalhada de alguma forma no curso de Ciências Contábeis em que eles atuavam e como se dava essa inserção. De acordo com as respostas dos entrevistados, 4 dos 5 coordenadores, afirma que sim, a questão ambiental é trabalhada nos cursos pesquisados e sua forma de inserção acontece de variadas formas, seja por meio de disciplinas obrigatórias e optativas/eletivas, seja de forma transversal perpassando por algumas disciplinas que compõem a grade curricular do curso, como é o caso da UFPB, Campus IV e, ainda, através do desenvolvimento de projetos de extensão,

desenvolvimento de grupos de pesquisas e /ou realização de eventos internos da instituição, o que pôde ser observado em outras falas no decorrer das entrevistas. Cabe destacar que um coordenador entrevistado respondeu de forma superficial, ou seja, ele não tem conhecimento ao certo, se a temática ambiental é trabalhada no curso. Tais resultados podem ser observados através das falas dos entrevistados, como mostra o quadro 4:

Quadro 4 – Respostas dados pelos coordenadores acerca de como a questão ambiental é trabalhada nos cursos de Ciências Contábeis das IES pesquisadas

Formas de Atuação	Respostas
Formas diversificadas de inserção	<p>Sim. O curso ele passou por uma reformulação em 2016, lá é...a questão ambiental, né? Na Contabilidade ambiental já era discutida e nessa nova reformulação a gente tem uma disciplina específica que é Contabilidade Ambiental, que é uma disciplina optativa e que é... vem sendo, vinha sendo e vem sendo, está sendo ofertada para os alunos. Houve uma interrupção, numa fase de transição, mas agora ela voltou a fazer parte do rol de disciplinas para que o aluno possa cursar (COORDENADOR DA UFPB, CAMPUS I).</p>
	<p>Veja bem...dentro, a gente tenta acomodar o PPC que há algum tempo a gente tá tentando reformular, mas por exigência do instrumento de avaliação do MEC, a gente toma como parâmetro de como é que contempla e essa contempla...essa ideia de contemplar a gente trabalhou na disciplina de Controladoria que a professora ficou de fazer algumas inserções, que a gente não sabe se está sendo contemplada e pelo que vi alguma disciplina de direito que não me recordo, mas é uma disciplina de direito para se discutir praticamente a ideia de direito ambiental ou coisa do tipo. Na disciplina de Controladoria a gente ajustou na ementa, junto ao colegiado (COORDENADOR UFPB, CAMPUS IV)</p>
	<p>Sim. Nós temos no nosso PCC duas disciplinas que são direcionadas. Nós a disciplina Contabilidade e Gestão Ambiental e temos a outra disciplina, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável. E na disciplina de ética, que eu sou a professora, tem um tópico lá que eu trato, também, da responsabilidade socioambiental do Contador (COORDENADOR DA UEPB, CAMPUS I).</p>
	<p>Ela é trabalhada nessa única disciplina que eu acabei de citar que é Contabilidade Socioambiental e ela é trabalhada como conteúdo normal mesmo. Eu nunca vi professor fazendo alguma manifestação ou movimento, ou projeto de extensão voltado para ela (COORDENADOR DA UEPB, CAMPUS VI).</p>
	<p>Sim. Nós temos uma disciplina, Contabilidade Ambiental que ela é ofertada no 4º período (COORDENADOR DA UFCG, CAMPUS DE SOUSA).</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Como pode ser observado através das respostas supracitadas, a questão ambiental é trabalhada nos cursos de Ciências Contábeis das IES pesquisadas, sustentada, ainda, nos conceitos de sustentabilidade e responsabilidade social. A temática é basicamente abordada através de disciplinas ofertadas pelo curso.

No atual contexto social, é evidente que a questão ambiental deve ser uma prática constante nas Instituições de Ensino, inclusive no superior. Pensar na forma como esta inserção deve ocorrer é matéria importante nos dias atuais, uma vez que deve ser levado em consideração a forma de proporcionar a esses profissionais uma maior conscientização quanto a importância de se conhecer e compreender o meio ambiente e sua interação com as organizações, o que justifica sua inserção nas IES.

Os coordenadores foram perguntados sobre a importância de contemplar a questão ambiental no Projeto Pedagógico do Curso

Quadro 5: Respostas dos coordenadores sobre a importância de contemplar a questão ambiental no Projeto Pedagógico do Curso.

IES	Fala do Coordenador
UFPB, Campus I	Eu acho que essa pergunta, ela assim, reporta um pouco à anterior, a preocupação de você estar formando os futuros profissionais. O que é que a gente observa, o PPC ele vem sofrendo uma evolução no tempo, então...isso acompanha de certa forma a história como a contabilidade vem sendo apresentada e vem sendo feito, no sentido de como essas demandas estão sendo postas hoje e pelo mercado, pelas empresas. Então, é nesse sentido de adequação a nova realidade que eu acho que o PCC precisa está atualizado e contemplando essas questões. Até porque as empresas, por exemplos as S.A. estão obrigadas, elas apresentam um relatório ambiental, socioambiental ou de sustentabilidade ambiental. O nome muda de empresa para outra. Mas...e nesse relatório tem várias informações contábeis importantes que o contador pode tá assessorando e fornecendo esse tipo de informação e transparecer para o mercado.
UFPB, Campus IV	O PPC ele é uma normativa, ele é um direcionador do que deve ser feito no curso, então se o colegiado ele decide que vai encaminhar firmemente, criando até disciplinas de Contabilidade ambiental, uma disciplina difícil de ter professores, logicamente que a gente julga ser importante, mas logicamente que cada curso ele minimamente ele tem que cumprir, nesse momento, talvez numa visão limitada, mas é o que dá conceito aos cursos, a gente atende o que exige os instrumentos de avaliação do MEC.
UEPB, Campus I	Além de ser trabalhada na transversalidade, a questão ambiental assim como a questão da cidadania, todo PCC, no meu entendimento,

	independentemente de ser Contabilidade ou não, deve ser tratadas essas questões.
UEPB, Campus VI	O nosso PPC acabou de ser reformulado, essa disciplina ela já constava no projeto anterior, então ela foi mantida, mas o foco do nosso projeto ele tá mais voltado para atender ao perfil da nossa região, que é a contabilidade no setor público e no setor privado, ela não tem de fato um foco para o ambiental não. Por mais que na nossa região a gente tenha empresas de leite, empresas agropecuárias, mas o foco infelizmente não é esse, o ambiental.
UFCG, Campus de Sousa	A questão ambiental ela é tanto uma questão contábil, que nós temos aí que procurar alguma forma de procurar mensurar os impactos ambientais e até o desempenho das organizações quando elas utilizam as demonstrações focadas em questões ambientais. No projeto político pedagógico, nós focamos com disciplinas, tem a questão da interdisciplinaridade e a questão dessa, de ter uma preocupação com o meio ambiente, tendo em vista as mudanças climáticas.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Através da análise da fala dos entrevistados, observou-se que eles consideram importante a contemplação da questão ambiental no PPC do curso. Essa importância se dá por diversos fatores, como a questão ambiental sendo vista de forma interdisciplinar, ainda por entenderem se tratar uma questão transversal, bem como para atender a questões legais mencionados nas Diretrizes Curriculares para a Educação Superior. Observou-se, ainda, que essa importância, conforme apontado pelos entrevistados, está relacionada com a necessidade de validação do curso, através dos instrumentos de avaliação do MEC e ainda, para atender ao perfil social em que as organizações estão inseridas, como ferramenta de gestão, controle e mensuração de recursos ambientais.

A fala dos entrevistados corrobora com os documentos (PPCs dos cursos) analisados, pois nestes documentos as questões ambientais são abordadas de forma superficial, fazendo alguma referência ao perfil do egresso do curso ou na própria estrutura curricular, através de algumas disciplinas específicas. Apenas um coordenador relatou sobre a importância dessa inserção levando em consideração o meio ambiente.

Neste sentido, observa-se que os coordenadores dos cursos pesquisados, consideram importante que a questão ambiental seja trabalhada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e que para tanto, diversos fatores são levados em consideração. Conforme comenta Dinardi e Araújo (2017), a construção dos PPCs

dos cursos não seguem uma base comum, mas que é unânime à importância de se discutir a inserção de questões ambientais no processo de formação dos discentes.

Tal afirmativa é corroborada por Lopes *et al* (2019), quando relata que a presença da temática ambiental é fator fundamental nos currículos dos cursos considerados organizacionais. Afirmando que as IES que adotarem a temática em suas disciplinas contribuem para colocar no mercado profissionais que ao tomar decisões empresariais, levem em consideração o meio ambiente.

No entanto, ao serem questionados sobre se as questões ambientais estão bem contempladas no curso, os coordenadores apresentaram opiniões diversificadas, como mostra o quadro 6:

Quadro 6: Respostas dos coordenadores sobre se as questões ambientais estão bem contempladas no curso.

Eu diria que sim. A nossa disciplina ela é de 60 horas, né? É uma discussão pertinente dentro do rol de carga horária que nós temos. Então, acho satisfatória essa ênfase que é dada na verdade junto a contabilidade, essa reflexão. Eu diria que sim. (COORDENADOR DA UFPB, CAMPUS I).
Não! Como eu já venho falando ao longo desta conversa, eles não estão totalmente contemplados e como eu disse, eles estão contemplados de forma mínima. (COORDENADOR DA UFPB, CAMPUS IV).
Considerando que nosso curso é técnico, digamos assim, por se tratar de contabilidade e é um curso muito voltado para a área financeira, onde o capitalismo está aí, então eu acredito que com duas disciplinas contemplam sim. (COORDENADOR DA UEPB, CAMPUS I)
Não! A partir do momento que você só tem uma disciplina que contempla, que permite o aluno estudar isso, não dá para dizer que estão bem contempladas. (COORDENADOR DA UEPB, CAMPUS VI).
Sim! Nós temos hoje, é... a Contabilidade Ambiental como uma disciplina obrigatória, com isso, ela é uma disciplina de 60 horas. O curso total é de são 3.200 horas, mas há um foco na pesquisa e na extensão abordando essa temática. (COORDENADOR DA UFCG, CAMPUS DE SOUSA).

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Conforme os dados apresentados no quadro 6, apesar dos coordenadores considerarem que a inserção das questões ambientais no PPC das IES pesquisadas, essa inserção não tem sido suficiente. Dois dos cinco coordenadores entrevistados responderam que “não”, as questões ambientais não estão bem contempladas no PPC das IES pesquisadas e que elas vêm sendo trabalhadas de forma mais específica em uma ou duas disciplinas do curso e, conforme a fala deles, isso não é suficiente para contribuir com a formação de um profissional com um perfil voltado para o meio

ambiente. É importante destacar que os outros três entrevistados consideram que a temática está bem contemplada no PPC das IES pesquisas, mesmo eles apontando que esta inserção está limitada a disciplinas de 60 horas/aulas e/ou de forma pontual. Cabe ressaltar que, mesmo os coordenadores considerando essa inserção importante e que alguns deles participaram da elaboração do documentos, eles apontam que essa inserção ocorre de forma não tão significativa.

As falas dos coordenadores puderam ser comprovadas através da leitura dos PPCs dos cursos. Assim, mesmo a legislação pertinente orientar para que a temática ambiental esteja referenciada no PPCs dos cursos, isso ainda acontece de forma superficial. A este respeito, Silva e Haetinger (2012) comenta que esta inserção não necessariamente deva acontecer através de disciplinas específica, mas também, pode ocorrer de forma interdisciplinar, para que as IES possam proporcionar espaços de debate e atividades práticas, aplicando assim, o conhecimento adquirido, no contexto real.

Indagados sobre se existe um tempo regular para revisão do PPC e das ementas das disciplinas, os coordenadores apresentaram as respostas apresentadas no quadro 7:

Quadro 7: Respostas dos coordenadores sobre se existe um tempo regular para revisão do PPC e das disciplinas.

Regular, não. Como eu disse a gente fez uma revisão agora, é...possivelmente vai ter uma revisão de um conjunto de disciplinas numa outra área, mas isso ainda tá um processo de em discussão. Então os professores da área ficaram de se reunir e discutir e trazer a proposta pra gente discutir, no Núcleo Docente Estruturante, pra gente discutir no Colegiado do curso. Então, se surgirem novas propostas a gente vai fazer essa discussão. Mas não existe uma periodicidade fixa para fazer essa revisão; eu diria que elas são emergentes, a medida que vai sentindo a necessidade elas poderão acontecer, a gente sentiu uma necessidade agora e a gente fez algumas revisões em algumas disciplinas. (COORDENADOR DA UFPB, CAMPUS I).

Veja, nas normativas que nós temos para o ensino superior disse que o PPC tem que sofrer reformulações constantes, mas a realidade de cada instituição, de cada curso, a gente percebe, o nosso desde de 2006, em 2010 nós fizemos uma pequena alteração de ementas mas que não contemplou. Em 2014 nós ajustamos a ementa da Controladoria pra atender esse assunto de contabilidade ambiental e responsabilidade social, permeado na disciplina de controladoria e a gente ta desde 2016 fazendo... tentando fazer uma reformulação do Projeto Pedagógico, reduzir pra 4 anos ao invés de 5; algumas ações, basicamente assim, eu consigo enxergar com dificuldade já que se quer reduzir a carga horária, o tempo do curso, já ainda inserir outros conteúdos, como você tá...essa questão ambiental. Então, só te respondendo, não há um tempo específico, principalmente nas instituições Públicas,

<p>porque pra reformular um Projeto Pedagógico ele tem que consultar os departamento que ofertam as disciplinas do curso e aí isso impacta em reduzir carga horária de alguns professores de outros departamentos, então por essas dificuldades as reformulações não rem sido num espaço de tempo (COORDENADOR DA UFPB, CAMPUS IV).</p>
<p>O nosso PPC ele é de 2016 e trabalhando já, eu estou na coordenação a um ano, a gente vai vendo já que precisa de algumas correções. Então, 2016... eu assumi a coordenação em junho de 2018 e a gente já trabalhando com o PPC, eu já havia levantado essa hipótese de algumas mudanças, inclusive nas ementas e alguns professores tratam muito dessa questão de ementa que já precisa ser alterada, porém, a gente não pode mexer e nada desse PPC porque a gente tá aguardando a visita do Conselho Estadual de Educação para renovação de reconhecimento e essa visita deveria ser até agora junho, nós estamos com toda documentação, só aguardando a visita, então após isso o nosso NDE já está se mobilizando pra começar a fazer alterações no PPC.(COORDENADOR UEPB, CAMPUS I).</p>
<p>Tem sim, uma previsão para revisão. Ela é em torno de 6 a 7 anos, mais ou menos isso que acontece. A gente aprovou o de 2010 e o de 2016 já estávamos com o novo, aí a gente vai passar por recadastramento e renovação de curso e provavelmente daqui a mais 4 ou 5 anos, ou então se sentir necessidade, nós já podemos começar a alterar esse que está em funcionamento (COORDENADOR DA UEPB, CAMPUS VI).</p>
<p>Para o PPC especificamente, para você alterá-lo é necessário que a primeira turma que iniciou esse PPC conclua esse PPC, no entanto nós temos o Núcleo Docente Estruturante que é o guardião do PPC, nós verificamos e revisamos de forma anualmente, todas as ementas e verificamos como está sendo o desempenho das metas programadas para o PPC. No entanto, as alterações só com 4 anos, nós iniciamos ele em 2016, só em 2020, no segundo semestre nós podemos fazer alguma alteração.</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Conforme as respostas apresentadas no quadro 7, apenas um coordenador afirma que há revisão periódica do PPC dos cursos pesquisados. Os demais afirmam que não há essa periodicidade e que as alterações feitas no PPC acontecem sempre que há uma necessidade e que as alterações são discutidas pelo Núcleo Docente Estruturante.

Questionados sobre se eles – os coordenadores – teriam alguma alteração no PPC que eles gostariam de inserir sobre as questões ambientais, os entrevistados apresentaram as seguintes respostas, como mostra o quadro 8:

Quadro 8: Respostas dos coordenadores sobre se eles teriam alguma alteração que eles gostariam de inserir no PPC em relação as questões ambientais.

<p>Não! Pontualmente, não. Não tenho nenhuma sugestão específica que eu pudesse colocar. (COORDENADOR DA UFPB, CAMPUS I).</p>

<p>Bom, entre querer e a gente ter condições é uma coisa, porque isso são decisões colegiadas, então a primeira questão que vai se ter em uma inserção da questão ambiental é que professor vai ministrar essa disciplina? Que professores nós temos para isso? Com as limitações governamentais, inclusive, com o governo atual dizendo que não vai ter concurso durante um bom tempo. Então essas questões todas, elas entrevam. Querer, nós queremos. Mas aí como operacionalizar, não adianta a gente tomar uma decisão aqui para não conseguir ofertar, ou operacionalizar, ou trabalhar de forma improvisada, né? (COORDENADOR DA UFPB, CAMPUS IV).</p>
<p>Não! No PPC mesmo não. Eu acho interessante a gente trabalhar isso com os professores, na parte de planejamento para que cada professor dentro das suas disciplinas façam isso, porque o PCC já trata disso, já aborda isso (COORDENADOR DA UEPB, CAMPUS I).</p>
<p>Não! Nós temos outras demandas, de outros componentes curriculares. Mas os professores que lecionam essa disciplina de forma especificamente, não vieram a coordenação solicitar nenhuma mudança, não (COORDENADORA DA UEPB, CAMPUS VI).</p>
<p>É como eu falei anteriormente, né? Nós temos o Núcleo Docente Estruturante. Ele é de forma consultiva, não tem poder de alteração e é levado ao colegiado do curso, para que tenha verificado alguma possibilidade de alteração, haver essa alteração. Eu particularmente não...recentemente não tenho solicitado, tendo em vista alguma forma de alterar, em termos das questões ambientais, tendo em vista que já temos a disciplina Contabilidade Ambiental e a estrutura curricular nossa está muito rígida em termos de horas, já chegamos aos limites de horas e tem até uma questão de uma alteração em relação a extensão (COORDENADOR DA UFCG, CAMPUS DE SOUSA).</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

De acordo com as respostas dos entrevistados, apenas um dos coordenadores sente a necessidade de fazer alterações no PPC do curso e fazer essa inserção em relação as questões ambientais. Os outros quatro coordenadores afirmam que, não, não têm nenhuma alteração e/ou inserção no PPC do curso. É pertinente destacar a fala de um coordenador, da UEPB – Campus I. A coordenadora fala que não sente necessidade de fazer alterações e/ou inserir questões ambientais no PPC do curso, por achar que ele já contempla a temática. Ela sugere que seja feito um trabalho com os professores, para que estes insiram no desenvolvimento de suas atividades essas questões.

Outra fala que merece destaque, é a do Coordenador da UFPB, Campus IV. Ele traduz em sua fala que possivelmente haja essa necessidade, porém que devido a limitações financeiras e de mão-de-obra suficiente para atender a estas demandas, fazem com que esse interesse seja por vezes descartado.

Ainda sobre o PPC, os coordenadores foram questionados se no documento havia consideração dos aspectos legais de educação ambiental. As respostas foram transcritas no quadro 9, a seguir:

Quadro 9: Respostas dos coordenadores sobre se há consideração dos aspectos legais de educação ambiental no PPC.

<p>Agora você me pegou. É...a gente poderia dar uma checada na ementa da disciplina, ver o que é que tem. É... mas no PPC em si, no texto do PPC eu não sei como está contemplada. Precisaria dar uma checada no documento. Não sei, Essa realmente você me pegou (COORDENADOR DA UFPB, CAMPUS I).</p>
<p>Foi o que eu já disse, minimamente tem algumas temáticas abordadas de forma transversal (COORDENADOR DO UFPB, CAMPUS IV).</p>
<p>Eu verifiquei no PPC, ele trata alguma coisa da norma, do programa nacional de educação ambiental, mas assim, superficialmente, fala da norma, não se estende muito (COORDENADOR DA UEPB, CAMPUS I)</p>
<p>Não (COORDENADOR DA UEPB, CAMPUS IV).</p>
<p>Não! Nós falamos, temos uma disciplina, Contabilidade Ambiental. Nós presamos pela interdisciplinaridade, então a questão prática e de funcionalidade do curso (COORDENADOR DA UFCG, CAMPUS DE SOUSA).</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Observa-se, através das falas dos coordenadores, que nos PPC dos cursos pesquisados há poucas considerações sobre os aspectos legais de educação ambiental no referido documento. Há inclusive falas de que os aspectos são tratados de forma muito superficial no texto dos PPC dos cursos. Observou-se, também, que os próprios coordenadores têm pouco conhecimentos sobre esta temática. Após a leitura dos PPCs dos cursos pesquisados, foi corroborado o que os coordenadores responderam, pois há, sim, menção sobre a Educação Ambiental nos documentos, porém de forma superficial.

Os coordenadores foram perguntados sobre se há desafios para a elaboração e/ou implementação das questões ambientais na estrutura curricular do que em que eles coordenam. As respostas estão transcritas no quadro 10:

Quadro 10: Respostas dos coordenadores sobre se eles percebem desafios para a elaboração e/ou implementação das questões ambientais na estrutura curricular do curso em que coordena.

<p>Desafios na implementação na estrutura curricular? Eu acho que não, porque se a gente já tem uma disciplina que serve de ancora, ne? E...a discussão ambiental ela perpassa outras disciplinas no sentido de que esse é um tema transversal, não é um tema que pode ser discutido especificamente em uma disciplina. Eu diria que não tem nada, assim, específico que pudesse ser reportado aqui, não (COORDENADOR DA UFPB, CAMPUS I).</p>
<p>Sim! Eu volto a reafirmar por todas as limitações que eu já ponderei aqui, não tem um corpo docente que seja especializado nesta temática. É... a dificuldade do entorno da nossa região e a necessidade que nós temos para formar alunos com essa vertente de pensamento e também atendendo todas as orientações que nós temos de que os cursos, eles devem ter uma matriz curricular básica padrão nacional, para que aquele contador possa atuar no Brasil todos, mas também, que ele atenda as necessidades locais, regionais. Então, basicamente, isso que talvez faça com que haja dificuldade para a implementação dessa temática (COORDENADOR DA UFPB, CAMPUS IV).</p>
<p>Bastante! Porque é...um curso como é o curso de Biologia é fácil você tratar do meio ambiente por que ele é voltado, mas um curso como Ciências Contábeis, como Administração de empresas no mundo capitalista, é um desafio e grande. (COORDENADOR DA UEPB, CAMPUS I).</p>
<p>Desafios, existe sim. A partir do momentos que nós não temos um quadro de professores que não dispõe do perfil adequado pra isso aí, vai ser difícil. A UEPB, ela está passando por um processo digamos assim, de dificuldades financeiras e o nosso quadro aqui do Campus VI, ele é basicamente de substituto, professores substituto. Então de efetivos, nós temos 4 professores efetivos de contabilidade, o restante é substituto. Então, nós não temos como rever essas questões no momento e mais ainda colocar no processo seletivo um professor específico para a área ambiental. Então, quando nós fazemos seleção é na área de contabilidade, mas o foco específico em ambiental nunca é solicitado. Então, há um desafio (COORDENADOR DA UEPB, CAMPUS IV).</p>
<p>De certo modo, sim. Porque é...com a mudança das normas internacionais de contabilidade e toda a revisão do PPC agora, recentemente, o nosso PPC ficou com uma carga horária já no limite de 9 semestres, 3.200 hora, com isso ficou é...um pouco apertado, um pouco rígido, não havendo folga para verificar essas questões de mudanças em termos de...da Educação Ambiental. A não ser que ocorra ou venha nos ser inserido uma forma normativa, que haja essa necessidade e com isso, com certeza nós iremos ver a possibilidade de como rever isso aí (COORDENADOR DA UFCG, CAMPUS DE SOUSA).</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Como pode ser observado, há uma diversidade em relação aos desafios encontrados pelos coordenadores para a elaboração e/ou implementação das questões ambientais na estrutura curricular dos cursos pesquisados. Apenas um coordenador respondeu que não há desafios nesse processo. Um dos principais desafios apontados foi em relação a falta de corpo docente com formação específica

na área. Um deles comenta, ainda, que o entorno em que a IES está inserida, também é considerado um desafio. Outro coordenador aponta, ainda, como desafio o capitalismo. Outro argumenta sobre a rigidez do PPC e a limitação em relação a carga horária do curso.

Outro ponto questionado aos coordenadores é se os professores, a coordenação ou a instituição estimulam práticas sustentáveis no curso, caso a resposta fosse afirmativa, de que forma acontece esse estímulo. As respostas foram transcritas no quadro 11, a seguir:

Quadro 11: Respostas dos coordenadores sobre se os professores, a coordenação ou a instituição estimulam práticas sustentáveis no curso.

Ham...deixe-me ver...olha eu diria que a instituição, sim. Dos 3 grupos, eu diria que a instituição, sim. UFPB está com uma campanha, é...adote um copo, alguma coisa assim. Adote uma caneca, esqueci agora a expressão correta. Mas é uma campanha que está na instituição para que os setores, os servidores ele tenham um copo que não seja o copo descartável. Então, essa é uma ação. Tiveram outras ações que foram realizadas no período passado, eu não tô com, especificamente pra relatar, com detalhes o que foi que aconteceu, mas teve uma ação aqui na central de aulas, que foi um projeto desses de conscientização ambiental, enfim, de utilização de recursos. Foi do ponto de vista ambiental e foi promovido por um outro curso, centro. Agora, do ponto de vista dos professores, eu não sei exatamente o que eles, individualmente, estão fazendo, como eles estão agindo. É porque aqui a coordenação cuida dos alunos e o departamento é quem cuida dos professores. Então assim, eu não vejo, por exemplo, essa campanha que é da instituição, repercutindo no departamento. Na coordenação a gente já pensou, por exemplo essa questão do copinho, que é uma questão básica, a gente pensou em minimizar o uso de copo e comprar caneca, mas aí a gente não tem uma logística muito boa pra uso de copo, pra tá fazendo a higienização desse recipiente. Mas mesmo assim, dois servidores adotaram o copinho e cada um usa o seu, mas a gente não tem isso em amplitude, um alcance em escala não é? Temos trabalhado alguma conscientização com os alunos, mais através de campanhas, mas do aspecto especificamente ambiental a coordenação ainda não fez, junto aos alunos, também, não (COORDENADOR DA UFPB, CAMPUS I).

As questões sustentáveis, elas, eu entendo que as pessoas confundem muito a ideia de uma coleta seletiva, de alguma... eu não vou mencionar isso, porque pra mim, isso já é o básico, das questões de sustentabilidade, eu consigo enxergar em termos de meio ambiente, mas também de sustentabilidade econômica e financeira. Então, a gente percebe na região, que nós trabalhamos, um...muita dificuldade por falta de esclarecimento por parte dos pequenos empresários, ou seja, daquele comerciante que vem de um dia a dia de prática, resolve montar um pequeno negócio e aquilo dali, as vezes ele não tem o cuidado, de basicamente, ter esse estímulo as práticas de sustentabilidade não ficam muito evidentes, ou seja, ele monta, por exemplo, lá em Mamanguape, onde a gente trabalha, tem umas 3 mortuárias. A gente não sabe como essas pessoas tratam todo aquele contexto de lhe dar com pessoas mortas. De forma resumida, então, há o estímulo, mas eu acho que

as práticas de sustentabilidade, elas são, coisas mais abrangentes do que algumas ações que a gente consegue fazer (COORDENADOR DA UFPB, CAMPUS IV).
Olha, esse que eu acabei de te falar é uma, né? Que se a gente pensa em fazer um projeto de extensão nesse sentido, da questão da destinação dos resíduos sólidos, é uma preocupação, é um incentivo. Então, eu acredito que sim e a instituição, nós temos já um trabalho consolidado, tô falando agora de instituição, não do nosso curso na parte do ambiental, não só de resíduos sólidos (COORDENADOR DA UEPB, CAMPUS I).
Não! Não estimulamos, não. A nossa educação ambiental aqui, no máximo, vai para a coleta seletiva, uma vez que a gente tem um container pra isso. Mas o curioso é que a gente faz a coleta seletiva e de repente vem o carro do lixo e mistura tudo, pronto, não resolve pra nada. (COORDENAÇÃO DA UEPB, CAMPUS VI).
A sustentabilidade ela é presente em todas as Instituições, né? Em termos de aperfeiçoamento das novas tecnologias da informação. Tudo isso tem estimulado a sustentabilidade em termos de...o acompanhamento de como isso pode ser por tempo indeterminado (COORDENADOR DA UFCG, CAMPUS DE SOUSA).

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Conforme as respostas apresentadas no quadro 11, 4 dos 5 coordenadores entrevistados responderam que sim, que os professores, coordenadores e a instituição estimulam práticas sustentáveis no curso, práticas estas praticamente voltadas para a redução no uso de copos descartáveis. Outra prática realizada pelas instituições é a coleta seletiva. É interessante destacar a fala do coordenador da UEPB, Campus VI; mencionando que esta prática é inútil, uma vez que a instituição realiza a coleta seletiva e o carro que faz a coleta do lixo, mistura o lixo que foi separado. Uma pesquisa realizada por Viegas e Cabral (2015), aponta que há uma incorporação do tema sustentabilidade nos cursos, mesmo que de forma pontual, através de novas formas de utilização de materiais, bem como no tratamento de resíduos, dentre outros.

Os coordenadores dos cursos pesquisados foram questionados sobre se as disciplinas do curso contribuem para que os formandos intervenham na melhoria/mudança de suas realidades, pensando na questão ambiental e de que forma isso acontecia. As respostas são apresentadas a seguir, no quadro 12:

Quadro 12: Respostas dos coordenadores sobre se as disciplinas do curso contribuem para que os formandos intervenham na melhoria/mudança de suas realidades, pensando na questão ambiental e de que forma.

Pensando na questão ambiental, olha mudança da realidade deles, sim. A gente percebe isso, há um impacto na vida deles, na vida da família. Agora na perspectiva ambiental como é que isso está impactando, eu não tenho como dimensionar (COORDENADOR DA UFPB, CAMPUS I)
As disciplinas do curso, elas são basicamente técnicas. Numa perspectiva de uma iniciação no mercado de trabalho de consultoria contábil, talvez de educação contábil, mas eu acho que ainda há limitações em relação a questão ambiental, a essa conscientização toda e como está impermeado ao longo da nossa conversa. Por vários fatores (COORDENADOR DA UFPB, CAMPUS IV).
Olhe, eu penso que sim até porque nós temos duas disciplinas específicas. Eu não posso falar por eles, mas eu vou falar da minha disciplina de ética geral e profissional, que só dentro dela o pouco que eu falo sobre a responsabilidade socioambiental do contador, eu escuto depoimentos de alunos dizendo que mudaram a sua forma. Na minha casa, eu escutando de alunos, hoje eu separo o lixo orgânico do inorgânico, então isso é um reflexo (COORDENADOR DA UEPB, CAMPUS I).
Não! A formação do nosso aluno, do nosso perfil tem sido exclusivamente para área contábil no sentido de escritório contábil, no sentido de laboratório, no sentido de práticas administrativas, mas na área ambiental não (COORDENADOR DA UEPB, CAMPUS VI).
SIM! A partir do momento em que nossos discentes tem acesso a todo o nosso conteúdo programado, inclusive passando por essas questões de disciplinas de contabilidade ambiental e de oportunidade de participarem de projetos de extensão, faz com que eles tenham essa capacitação e reconhecimento de aproveitar essas oportunidades que possam surgir no futuro (COORDENADOR DA UFCG, CAMPUS DE SOUSA).

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Após análise das falas, observa-se que dos 5 coordenadores entrevistado, 2 deles não consideram que as disciplinas do curso contribuam para que os formandos intervenham na melhoria/mudança de suas realidades, afirmando ainda que as disciplinas ofertadas no curso possuem caráter técnico e que estas disciplinas estão voltadas a atender o caráter técnico do curso de contabilidade, destacando que a formação do discente está pautada para sua inserção no mercado de trabalho, no sentido de escritório de prestação de serviços contábeis, laboratório e no sentido de práticas administrativas.

Os que responderam de forma afirmativa, relatam algumas práticas dos alunos após absorverem os conteúdos trabalhados em sala de aula, como por exemplo, mudaram algumas ações em suas próprias residências. Em pesquisa realizada por Lopes *et al.* (2019), a presença de algumas disciplinas nos cursos de Ciências

Contábeis, remetem a construção de profissionais ambientalmente corretos, isso pode ter contribuído para a realização de algumas práticas conforme apresentadas nos discursos de alguns coordenadores.

Ainda na perspectiva da formação dos discentes em relação a questão ambiental, os coordenadores foram questionados sobre o que ele acha que a Instituição poderia fazer para contribuir na formação de cidadãos mais responsáveis ambientalmente. As transcrições das respostas dos entrevistados encontram-se no quadro 13, a seguir:

Quadro 13: Respostas sobre o que os coordenadores acham que a Instituição poderia fazer para contribuir na formação de cidadãos mais responsáveis ambientalmente.

O quê que a Universidade poderia fazer? Me parece que o tema é mais educação do que formação, qualificação técnica profissional. Acho que isso é uma questão que vem da conscientização de cada um que é trabalhada um pouco pela família, um pouco pela escola e eu acho que nós como docentes temos essa responsabilidade de conscientizar, teria que ser feito um processo de conscientização do melhor uso, não só de...como nós citamos o exemplo do copo, mas você fazer um melhor uso da água, melhor uso da energia, melhor uso... então assim, a universidade até que fez por exemplo uma campanha pra quando você sair, você apagar a luz, não deixar a luz acesa em setor que não tem pessoas, o ar-condicionado gastando energia. Então...são pequenas ações que no conjunto elas somam e são importante. Então você atinge diferentes aspectos. Então assim, como a instituição poderia trabalhar um pouco mais isso, mas é um processo de conscientização que ele é muito difícil, ele não é uma tarefa fácil e nem imediata e nem de curto prazo. Ela é uma tarefa demorada. É...pra você ter uma ideia, nós fazemos um paralelo, algumas vagas reservadas pra pessoas especiais e apesar de sinalizada, apesar de tudo as pessoas elas não respeitam esse espaço. Você vai usar o banheiro e por algum motivo a descarga não tá funcionando bem, a pessoa larga lá, ela vazando e vai embora e fica por isso mesmo, ele não procura ou uma pessoa responsável, ou ele mesmo tentar minimizar aquele problema e solucionar aquele problema. Então, isso é um processo de conscientização que pra mim ele é mais amplo, ele envolve mais o aspecto de educação em si do que de formação técnico de um curso específico. Então é mais formação do indivíduo como um todo, essa conscientização dessa pessoa enquanto cidadão, enquanto indivíduo. Esse processo de formação ele tem que ser uma mobilização como um todo e não só da instituição, mas não só dos professores ou de uma ação isolada de um professor. As campanhas de conscientização são importantes mas elas precisam haver continuidade, eu acho que a instituição poderia fazer algum trabalho mais nesse sentido e dá continuidade a esses programas (COORDENADOR DA UFPB, CAMPUS I).

Eu consigo enxergar que a instituição ela tenta fazer nas normativas, nos regulamentos. O que nós percebemos é a dificuldade de implementação, de ter condições pra se implementar. Uma coisa é existir uma norma, um planejamento, uma orientação mas a outra coisa questão que eu vejo é muita dificuldade na implementação. De corpo docente preparado pra essa área e esse corpo docente e também, logicamente, o aumento de

eventos desse tipo que talvez possa até existir mas no nosso campus há uma certa limitação, há um certo número de eventos ou ações que não estimulam, assim, de forma contundente, forte (COORDENADOR DA UFPB, CAMPUS IV).

Olhe, eu acredito que, como você está falando de instituição, que a nossa instituição já faz. Nós temos uma professora no curso de Biologia com os catadores de materiais reciclados, excelente. Ela faz na igreja com esse pessoal, essa semana passada ela estava na câmara municipal, na mesa, não era la como ouvinte não, na mesa! Discute com a diocese, tanto temos aqui como temos em João Pessoa também (COORDENADOR UEPB, CAMPUS I).

Cursos. Cursos de extensão, palestras, processos de conscientização dos alunos, não só através de disciplinas curriculares mas através de projetos de extensão associados, universidade e sociedade, porque não adianta você criar uma prática dentro da instituição e quando você vai lá fora, extra muro, acontecer o contrário. Então não resolve (COORDENADOR DA UEPB, CAMPUS VI).

Em termos institucional eu acho que é...a própria consciência da importância das questões ambientais com relação as mudanças climáticas, a questão do próprio campus. Nosso campus ele é uma construção nova, uma infraestrutura nova e ela tem prezado por isso, né? Pela grande frequência de professores com formação em recursos naturais...é...o Grupo de pesquisa, GAS, do professor Alla Sarmento, que ele vem trabalhando essa questão de arborização, de ter o cuidado com relação a essas questões ambientais (COORDENADOR DA UFCG, CAMPUS DE SOUSA).

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Conforme observado pelas falas acima citadas, os coordenadores acreditam que a instituição pode contribuir nesse processo de formação de cidadãos ambientalmente corretos, através da realização de palestras e eventos relacionados ao tema. Eles apontam que as IES a que eles fazem parte, já realizam algumas dessas ações, onde eles citam como sendo, coleta seletiva, redução do uso de copos descartáveis, conscientização através de eventos. Algumas instituições, ainda, realizam pesquisa e extensão relacionado ao tema e acabam por inserir essas práticas no contexto institucional.

Os coordenadores destacam que o desenvolvimento da extensão se torna importante para que os discentes possam levar essas práticas para além dos muros da instituição. Viegas e Cabral (2015) comentam que as IES podem contribuir com os indivíduos no processo de construção de um “futuro” por elas serem centros de ensino, pesquisa e extensão, consideradas centros produtores de capital intelectual diferenciado. Os coordenadores, apontam, ainda, que uma das dificuldades para a realização dessas práticas está relacionada a falta de professores com formação na área e que possam promover mais essa temática.

A respeito de os professores e discentes desenvolverem pesquisa articulando questões ambientais. Os entrevistados apresentaram as seguintes respostas:

Quadro 14: Respostas dos coordenadores sobre se os professores e discentes do curso desenvolvem pesquisas articulando questões ambientais e de que forma.

Eu diria que sim. Hoje eu não sei se tem ação de extensão, mas a gente tem orientações de TCC, então tem alunos que desenvolvem TCC com essa temática ou perpassando essa temática nas perspectiva ambiental. Então tem sim trabalhos nesse sentido (COORDENADOR UFPB, CAMPUS I).
Eu volto a reafirmar, nós não temos um corpo docente que desenvolvam pesquisa, porque, o que a gente deve deixar bem claro, é que o estímulo dos professores para fazer pesquisa está muito ligado a formação daqueles professores em suas pós-graduações, então por exemplo, eu fiz meu doutorado e meu pós-doutorado em educação, então eu estimulo meus alunos a fazerem pesquisas e alguns trabalhos, então eu oriento muito na área de educação contábil, metodologias de ensino, nessas coisas todas. Cada professor nosso tem uma vertente de formação mais não temos nenhum especificamente voltado para a área de meio ambiente, contabilidade ambiental, de responsabilidade social, entendeu? Então, essas formações dos professores elas geram dificuldades para que os alunos desenvolvam, porque os alunos tem uma ideia básica de que eles tem que terminar o curso, então no final do curso eles vão atrás do orientador, se moldando ali a linha que aquele orientador pesquisa, então ele fica não muito articulado (COORDENADOR UFPB, CAMPUS IV).
Olhe...como é...professora e coordenadora eu tenho visto trabalhos de TCC associados a parte ambiental. Então, vai ser melhor para dizer isso a vocês são as professoras que você vai falar; a professora Roseane que você vai entrevistar, até porque eu já participei de banca semestre passado, no outro semestre, trata muito de relato integrado, então assim, sempre tem, eu não posso te falar em quantidade porque eu não estou em todas as bancas, mas eu já participei de bancas (COORDENADOR UEPB, CAMPUS I).
Não! (COORDENADOR UEPB, CAMPUS VI).
Sim! Os professores têm utilizado as questões ambientais em vários grupos de pesquisa. Nós temos o grupo de pesquisa, o GAS, o grupo de pesquisa que atua com no mercado de capitais que também vem atuando nessa questão, análise e desempenho das empresas que se preocupam a questão ambiental, verificando os relatórios de gestão, os sites, nós identificamos alguns parâmetros para verificar o desempenho, com relação ao desempenho financeiro, que atuam com a responsabilidade ambiental e sustentabilidade. Isso aí tem sido bastante verificado no curso (COORDENADOR UFCG, CAMPUS DE SOUSA).

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Conforme observa-se pelas respostas dos entrevistados, as pesquisas articulando as questões ambientais nos cursos de Ciências Contábeis é, ainda, muito tímida. Os coordenadores apontam que a pouca produção pode estar relacionada com

a falta de professores com especializações na área ou ainda por considerarem que há pouco interesse por parte dos alunos. Cabe destacar que a instituição que apresentou maiores exemplos de desenvolvimento de pesquisas, foi a UFCG. Nesta instituição, são desenvolvidas diversas pesquisas através da produção de TCCs relacionados ao tema, bem como através de projetos de pesquisa.

Os coordenadores foram questionados, ainda, sobre se os professores e alunos possuem projetos de extensão. Em linhas gerais, há pouco incentivo e desenvolvimento de extensão nessas IES, sendo a UFCG, de acordo com as respostas dos entrevistados, a que possuem um número mais relevante de trabalhos com a extensão. E, sobre o estímulo à produção de TCCs relacionados a temática, todos afirmam que as linhas de pesquisas ficam em aberto para que os alunos façam suas próprias escolhas e que esse incentivo era muito pouco, inclusive que o quantitativo de produção na área era pouco, não sendo muito significativo.

Enéas (2016), em sua pesquisa comenta sobre a necessidade de se ter uma visão holística sobre as questões ambientais e que elas devem ser trabalhadas em todos os seus aspectos no sistemas de ensino. Ela ainda comenta que essa temática deve ser inserida de maneira interdisciplinar nas disciplinas ou projetos desenvolvidos pelas IE e para que isso ocorra de forma eficiente, é preciso que haja um direcionamento adequado, para que tal trabalho gere um impacto positivo.

4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DOS DOCENTES

A seguir serão analisadas as entrevistas realizadas com os docentes dos cursos de Ciências Contábeis das Instituições Públicas da Paraíba. Para tanto, foram convidados a participar da entrevista, 6 dos 13 professores indicados pelo coordenador de cada instituição pesquisada. Cabe destacar que 7 dos 13 professores indicados pela coordenação não puderam participar da entrevista por questões diversas como, afastamento para doutorado, indisponibilidade de tempo/horário e/ou por questões alheias ao pesquisador.

O critério para a seleção dos docentes foi a indicação dos coordenadores dos cursos, no qual estes apresentaram como justificativa o fato desses professores terem alguma relação com a temática, como por exemplo, lecionar alguma disciplina relacionada a temática ou trabalhar a temática de alguma forma, seja através de

projetos de extensão, grupos de pesquisas ou quaisquer outras atividades relacionadas a temática.

O roteiro de entrevista (APÊNDICE B) é composto por 18 questões, que abordou quesitos como a formação acadêmica do professor, a percepção deste em relação ao meio ambiente e a educação ambiental, bem como o professor trabalha a temática em suas disciplinas.

Inicialmente os docentes foram indagados sobre sua formação acadêmica (titulação e área), as respostas estão dispostas no quadro 15, conforme segue:

Quadro 15: Respostas dos docentes em relação a sua formação acadêmica

IES	FORMAÇÃO ACADÊMICA
UFPB, Campus I	<p>Professor I – Graduação e Mestrado em Ciências Contábeis, Doutorando em Meio Ambiente.</p> <p>Professor II – Graduação em Ciências Contábeis e Administração de Empresas. Mestrado em Administração e Doutorado em Engenharia Mecânica.</p>
UFPB, Campus IV	Sem indicação de professor
UEPB, Campus I	<p>Professor I – Graduada em Ciências Contábeis, Mestrado em Engenharia de Produção e Doutorado em Economia.</p> <p>Professor II – Não disponível</p>
UEPB, Campus VI	<p>Professor I – Graduação e mestrado em Ciências Contábeis.</p> <p>Professor II – Graduação em Ciências Contábeis e Especialização e Contabilidade de Custos.</p>
UFCG, Campus de Sousa	Professor I – Graduação em Administração de Empresas, Mestrado não informado e Doutorado em Recursos Naturais.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O objetivo do presente quadro 15 é mostrar a formação acadêmica do docente, sua área de atuação e a forma de atuação do docente em relação as questões ambientais para que em um momento posterior, alguns pontos ficassem mais claros

em relação as atividades realizadas pelos docentes em relação a inserção da temática. Para Franco (2015), o professor tem autonomia em relação a inserção da temática ambiental em suas disciplinas e, ao mesmo tempo acredita que isso pode trazer divergências na formação dos discentes, uma vez que os conteúdos são considerados relevantes de acordo com a opinião do professor. Como pode ser observado, dos 6 docentes entrevistados apenas 1 não possui formação em Ciências Contábeis.

Os docentes foram indagados sobre sua percepção de Meio Ambiente, as respostas das entrevistas foram transcritas no quadro 16:

Quadro 16: Respostas dos docentes em relação a sua percepção de Meio Ambiente

UFPB, Campus I	<p>Bem...como é que eu vejo o meio ambiente?! Eu entendo que o meio ambiente somos todos. O meio ambiente é o local onde os seres interagem. Então, eu me vejo como participe do meio ambiente. O meio ambiente é o local onde os seres se relacionam. Ok? Então...acho que seria isso (PROFESSOR I).</p> <p>O meio ambiente pra mim hoje é uma coisa extremamente ampla. Meio ambiente envolve todas as suas características econômicas, ambientais e sociais. Nós estamos inseridos no meio ambiente. O meio ambiente é o lugar onde nós desenvolvemos toda e qualquer atividade, seja ela pessoa, profissional, com visão econômica ou não. Então Nós temos que preservar, conservar e lhe dar melhor com o meio ambiente, todos os dias, 24 horas por dia (PROFESSOR II).</p>
UFPB, Campus IV	Não se aplica
UEPB, Campus I	É...O meio ambiente você considera como uma...faz parte da sua própria vida. A gente aqui nas questões das disciplinas a gente prega muito a questão da sustentabilidade, de você ter que manter os recursos naturais para que as próximas gerações possam utilizar esses recursos e... é uma obrigação de todo mundo formal ou informalmente

	<p>divulgar práticas nos ambientes nos quais eles convivem (PROFESSOR I).</p> <p>Professor II não participou.</p>
UEPB, Campus VI	<p>O ambiente, o meio ambiente...eu vejo cada vez mais o impacto, os impactos ambientais estão cada vez maiores, tanto por questões dos donos das empresas, muitas vezes por parte da sociedade que ainda não tem um certo conhecimento do ambiente, do tanto que ele gera benefício pra nós seres humanos e infelizmente, ainda, a gente vê que a cada dia mais ela tá mais degradado ainda, devido ao desmatamento, as queimadas, então é uma falta de consciência muito grande por parte da sociedade em geral (PROFESSOR I).</p> <p>Ah... essa é uma pergunta que pra mim é fácil responder. Eu trabalho também com consultoria, com captação de recursos pra empresas e todos os processos que eu faço a gente tem que atender a legislação ambiental e... eu faço isso já a quase 20 anos, então pra mim o meio ambiente é tudo aquilo que esteja ao meu redor, seja visível e não visível. Essa é a concepção que eu tenho (PROFESSOR II).</p>
UFCG, Campus de Sousa	<p>Eu vejo o meio ambiente como nossa casa e como nossa casa ele deve ser cuidado com o mesmo amor que a gente dispensa aos nossos familiares, as pessoas que a gente ama, então se a gente degrada o meio ambiente isso vem contra nós. Então é importante que a gente tenha esse cuidado, todo esse amor e tenha consciência disso, passando para nossa família, desde a infância, passando para nossos filhos, netos, bisnetos, pra que a gente tenha esse cuidado, sempre visto pelas pessoas que estão perto de nós, próximos a nós, como</p>

	<p>uma coisa que deve ser permanente em nossas vidas (PROFESSOR I).</p> <p>Os demais professores não participaram como já especificado.</p>
--	---

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Os docentes entrevistados apresentam diversas concepções de meio ambiente. Eles descrevem Meio Ambiente como sendo o meio (espaço) em que eles estão inseridos, ainda como sendo parte desse ambiente. Outros professores consideram o meio ambiente como sendo um recursos natural e que deve ser conservado.

Fonseca e Oliveira (2011), acredita que as concepções dos indivíduos sobre o meio ambiente estão relacionadas de forma direta com as práticas de EA, uma vez que esses indivíduos passam a carregar consigo valores alicerçados nas questões ambientais.

Os docente foram indagados se as questões ambientais eram trabalhadas nas disciplinas lecionadas por eles, se sim, quais disciplinas e qual a forma de inserção. O quadro 17 apresenta as respostas aos quesitos propostos.

Quadro 17 – Respostas dos docentes sobre como os eles trabalham a temática em suas disciplinas

DOCENTE/IES	Disciplina (s) vinculada ao tema	Forma de inserção das questões ambientais	O entorno da IES é abordado	Principais autores
Professor I/ UFPB, Campus I.	Contabilidade Ambiental e Ética	Através de debate e discussões	Não	Ignacy Sachs, Hans Michael van Bellen, Enrique Leff
Professor II/ UFPB, Campus I.	Auditoria Governamental e Orçamento Público	Casos prático dentro da própria instituição	Sim	Barbieri, Ignacy Sachs, Veiga, Marisa, Ilse, Scheifer, artigos científicos e dissertações.

UEPB, Campus IV	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
UEPB, Campus I, Professor I	Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável	Aulas expositivas	Sim	Robert Gary, Deegan, lindeboom, Verrecchia.
UEPB, Campus VI, Professor I	Contabilidade Socioambiental	Aula expositivas e casos práticos	-	-
UEPB, Campus VI, Professor II	Contabilidade Ambiental	Aulas expositivas, com discussões e casos práticos na área	Sim	Araceli e Legislação vigente
UFCG, Campus de Sousa	Logística e Marketing	Discussões de artigo e aulas expositivas	Sim	Barbieri, Leff, Seifer, agenda ambiental, Dias, Donaire

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Observa-se com a fala dos docentes entrevistados que a temática ambiental é trabalhada em suas disciplinas, seja por meio de aula expositivas ou por meio de atividades práticas, estudos de caso e desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao tema. O entorno em que estas IES estão inseridas é sempre levado em consideração pelos docentes, com exceção apenas para um docente, que relata abordar temas mais gerais e num contexto mais macro.

Os docentes foram questionados se estimulam práticas sustentáveis na sua disciplina e de que forma isso acontecia. Eles, os docentes, responderam que sim e que esse estímulo acontece de diversas formas, dentro da sala de aula, através de incentivos, como por exemplo o incentivo a coleta seletiva, redução de uso dos recursos naturais, redução no consumo de copo descartável, redução no uso de papel ofício e redução no consumo de energia elétrica.

Torna-se evidente a importância de práticas sustentáveis nas IES, pois estas são consideradas um dos principais meios de disseminação do conhecimento, assim as IES tornam-se peças fundamentais na construção de uma sociedade mais justa em relação as questões ambientais, conforme comenta Oliveira *et al* (2016).

A este respeito, Oliveira *et al* (2016) comenta que as IES estão inseridas num cenário de desenvolvimento e que estes lugares de formação de opinião, precisam compreender, disseminar e incentivar a ideologia do desenvolvimento sustentável a partir da compreensão dos problemas ambientais.

Ainda na perspectiva de entender o processo de inserção da temática ambiental pelos docentes e como isso tem surtido efeito no cotidiano dos discentes, os docentes foram questionados se as suas disciplinas contribuem para que os formandos intervenham na melhoria/mudança de suas realidades, pensando na questão ambiental e de que forma. Os entrevistados responderam que sim.

Os docentes tem percebido que o estímulo as práticas ambientais tem provocado um despertar para os discentes, através dos exemplos mostrados em sala de aula e que os alunos acabam dando feedback positivo sobre as práticas adotadas por eles após as discussões realizadas nas disciplinas. Para representar as falas dos docentes, a seguir, é apresentado dois relatos dos 6 docentes entrevistados:

Acredito que sim. Pelo menos é isso que eles têm dito. Professora eu nunca tinha pensado por este enfoque, agora eu vejo de outra forma, ne? E como os alunos de Ciências Contábeis são muito atrelados ao lucro das empresas, afinal de contas é esse o objetivo das empresas, quando eles vêm que a parte ambiental ela pode ser inserida não só como uma obrigação legal mas também como uma vantagem competitiva ou como uma vantagem de minimizar de custos, fica bastante interessante, a gente consegue abrir uma lacuna diferente e eles começam a ter uma visão melhor disso (PROFESSOR II, UFPB, CAMPUS I).

Ah, totalmente. Inclusive eles trazem vários exemplos, né? E é muito interessante porque eles vêm um...ah professora eu tava vendo uma reportagem aqui na revista Isto é, aí mandam pra meu whatsapp. Ôh professora, eu acho interessante, eu posso mandar para o resto da turma? Então assim, essa interação é muito muito interessante; de feedback mesmo. Assim, você dá o estímulo e eles são a resposta. A gente joga, né? A gente discute, a gente contextualiza e eles vão tendo os insight deles. Ah, professora na minha cidade existe tal coisa, professora tentei colocar placa de energia solar na minha casa, mas não consegui por que é muito caro; aí outro diz, mas também não compensa porque eu vi em tal revista. São questões do dia a dia que eles vão associando a situações corriqueiras (PROFESSOR I, UEPB, CAMPUS I).

Os trechos apresentados corrobora Oliveira e Vargas (2009), quando comentam em sua pesquisa que a educação não pode se restringir a compartilhar conhecimento, é preciso haver uma conexão entre os conteúdos, a realidade percebida e vivida. Essa busca deve promover uma integração entre o homem e o meio em que ele está inserido, provendo, assim, um novo pensar e agir rumo à sustentabilidade.

Os docentes foram questionados, ainda, sobre quais seriam as principais dificuldades e benefícios encontrados na inserção da questão ambiental nas disciplinas. Para uma melhor compreensão, tendo em vista que foram apresentados percepções diferentes, as falas foram transcritas no quadro a seguir:

Quadro 18: Respostas dos docentes sobre as dificuldades e benefícios encontrados na inserção da questão ambiental nas disciplinas

Olha...dificuldades? Na verdade eu não vejo dificuldade nenhuma. Não é que não vejo dificuldade, mas é que debate ambiental está tão presente hoje nos meios de comunicação que você entra com uma informação, uma provocação crítica, você só gera benefícios, porque é muito fácil hoje você criar inquietações. Você perceber o seguinte que uma informação sobre o que acontece com o lixo, você percebe que afeta a reflexão do indivíduo, talvez ele não mude seu hábito ou costume, mas isto está nele a partir de hoje. Então os benefícios, hoje, eles são mais percebidos que as dificuldades. Porque não tem como você negar que as questões ambientais permeiam a nossa realidade, o nosso mundo. Se existe uma dificuldade é a aceitação de que as pessoas fazem isso por causa do meio ambiente e aí eu lhe falo que é a minha percepção; a ação humana é individualista, ela não faz isso em prol do meio ambiente, ela sempre faz primeiro numa questão mais profunda a seu favor. De qualquer forma ela se beneficia disso, então se ela entende que fazer isso ela vai melhorar a sua qualidade de vida, ela faz, mas ela faz primeiro numa visão individual, mesmo atingindo o coletivo. E eu vejo que os alunos começam a perceber as dificuldades que tem sobre as informações postas de que se elas são ou não são a favor do ambiental ou é a favor da mesma dinâmica de economia dominante. Então o que é que eu tento? Qual a dificuldade encontrada; é eles entenderem, não existe almoço de graça. Hoje eu ainda falei em sala, desconfiem sempre de pessoas que trazem soluções simples para problemas complexos. As questões ambientais envolvem uma complexidade imensa nas dimensões econômicas, sociais, geográficas. Então as dificuldades é compreender a complexidade. se existe uma complexidade posta. E aí a dificuldade é seguinte, não tem fórmula. Talvez isso seja uma agonia dos meus alunos. Tá mas e o que é que faço? Não sei, continuemos estudando. Vamos tentar fazer...como é que diz no licenciamento ambiental? Vamos minimizar os impactos. Aquilo que não podemos minimizar, vamos compensar de alguma forma. Quando eu fizer eu tenho que pensar nas consequências futuras da minha decisão. Eu acho que o problema hoje, a dificuldade hoje é o individualismo do imposto pela sociedade de consumo. Se eu estou bem, pouco importa o outro. Agora se eu estou bem, agora eu posso fazer o bem também. Não é da disciplinas, é porque isso se revela dos alunos. (PROFESSOR I, UFPB, CAMPUS I).

Eu não vejo dificuldades, eu vejo benefícios. Eu já trabalho com isso há muitos anos, então inserir na disciplina pra mim seja lá qual for não é muito difícil. Porque é muito amplo na verdade. Por exemplo, nós vamos ter aqui na UFPB um fórum de resíduos sólidos e nós vamos falar de coisas que tem muito a ver conosco em contabilidade, por exemplo licitações, licitações verde, se estão em conformidade com as novas regras, compras sustentáveis, governança corporativa. Coisa que tem muito a ver com contabilidade e que no final estão inseridas num evento internacional de resíduos sólidos por que? Porque as empresas causam resíduos e isso tem que ser tratado, tem todo uma maneira de ser dispensado e isso termina interferindo em custo, receitas, em novas formas de produção,

então eu acho que tudo isso é muito complementar. Quando eu fiz doutorado em engenharia mecânica eu achei que tava me metendo numa área completamente diversa, mas quando eu fui para o chão de fábrica eu descobri tudo aquilo que eu tinha estudado teoricamente em contábeis e em administração e fazia muito sentido no chão de fábrica. E custos é uma disciplina que faz muito sentido no chão de fábrica e aí inserir no meio ambiente, me preocupar como que eu estava causando ao meio ambiente no chão de fábrica de uma indústria foi muito natural, aí tudo se reflete, como fazer, como transportar. Tem a ver com custos, sim. E a gente vai sempre maximizar o lucro porque é o objetivo das empresas mas tem muito a ver com a preservação ambiental e a melhor utilização dos recursos naturais. Então terminou sendo muito natural. Pra mim, hoje, é muito natural. Eu faço aqui, todos os dias, os meninos já estão acostumados. Já trouxe caneca pra todo mundo, ninguém aqui usa mais copo descartável, a gente tem um cuidado com a energia, com ar, pedimos para que as janelas fossem abertas, então assim, a gente faz as coisas naturalmente. Terminou sendo, eu por pra dentro de mim mesma (PROFESSOR II, UFPB, CAMPUS I).

UFPB, Campus IV – não se aplica.

HAM...Dificuldades eu não vejo muito porque na verdade os alunos, eles se sentem motivados em discutir os assuntos que são inerentes a questão ambiental. Inclusive, eles avaliam muito essa questão. Com o passar do tempo eles diziam “professora, mas na minha época nunca, na minha educação não tinha, assim, a gente não tinha muito”, isso os alunos mais antigos, claro! Porque os mais recentes, eles já têm isso na sua estrutura básica deles lá. Mas dificuldade eu não encontro, basicamente e os benefícios eu creio que seja de favorecer essa reflexão do aluno em relação a essas questões e encontrar embasamento também científicos, mas também, cotidianos que fazem com que eles reflitam mais sobre a questão ambiental. (PROFESSOR I, UEPB, CAMPUS I).

Olha assim, dificuldade nem tanto, porque eu quase não percebi ou identifiquei, eu trago questões práticas, eu trabalho com artigos científicos, bastante aqui com a questão ambiental, trazendo ela pra nossa realidade. Então a gente ver realmente o benefício, se a gente realmente se adequar a questões ambientais. O benefício que ela vai trazer de forma muito positiva. Então assim, eu vejo que os alunos recebem bem, eles gostam dessa temática, porque eles sabem que essa é uma questão saudável, de atualidade, se a gente não mudar esse cenário... a gente tá aí nesse cenário de aquecimento global, cada vez mais então...realizar práticas como a diminuição do ar-condicionado, o consumismo, as práticas por alguns tipos de mercadoria que agridam mesmo. (PROFESSOR I, UEPB, CAMPUS VI).

Baixo nível de leitura dos alunos, os alunos não gostam de ler. Acha que isso é chato. Pagam os pecados deles, eu exijo que eles façam leituras de textos, de texto legal ou de algum texto de capítulo ou de artigos afins. Mas o problema maior está no baixo nível de leitura (PROFESSOR II, UEPB, CAMPUS VI).

A consciência ambiental como eu falei anteriormente, a partir do momento que a gente começa a ler sobre o meio ambiente, começa a ler, a praticar, a gente se torna de certa forma um multiplicador dessa ideia e onde a gente estiver, a gente, vai ser uma coisa que vai fluir naturalmente, falar da questão ambiental e do seu reflexo na sociedade e como pode ser importante para melhorar o meio em que a gente vive. Quando a dificuldade, eu

acho assim, que os nossos cursos eles são assim...tem essa vertente tradicional, no nosso PCC eu coordenei o curso de Administração por mais de 4 anos e o nosso PPC a gente tem apenas uma disciplina, que aborda essa questão ambiental, que é Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável e como a gente tá fazendo mudanças no nosso PPC então eu já sugerir até algumas disciplinas que a gente pode trabalhar até como obrigatória, não só como optativa. Eu acho que a disciplina tratando da questão ambiental deve ser incorporada nos PPCs de forma obrigatória e não optativa, porque se não os alunos vão cursar ou não e quando você coloca como obrigatórias, você tem a oportunidade de trabalhar com mais firmeza (PROFESSORA I, UFCG, CAPUS DE SOUSA).

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Observa-se com a fala dos entrevistados que eles não encontram muitas dificuldades na inserção da questão ambiental nas disciplinas. A única dificuldade apontada por um dos docentes entrevistados é a falta de leitura por parte dos discentes. Como benefícios eles apontam a interação dos discentes, assim como a correlação que eles fazem com as ações cotidianas.

Os docentes foram indagados sobre se eles desenvolvem pesquisa articulando questões ambientais e /ou se eles estimulam ou orientam pesquisas que tratam de questões ambientais, em caso afirmativo, de que forma. Foram questionados, ainda, sobre se eles participam de projetos de extensão articulando as questões ambientais, se eles coordenam esses projetos e em caso afirmativo, de que forma essa inserção na extensão acontece. As falas foram transcritas no quadro a seguir:

Quadro 19: Respostas sobre se eles desenvolvem/estimulam/oriental pesquisa e/ou participa de projetos de extensão

IES/ PROFESSOR	DESENVOLVE PESQUISA	ESTIMULA OU ORIENTA/COMO	PARTICIPA DE PROJETOS DE EXTENSÃO/COMO	ATUA COMO COORDENADOR
Professor I, UFPB, CAMPUS I	SIM	Sim! Questões ambientais dentro da Contabilidade, Gestão Ambiental, tomada de decisão em relação as questões ambientais.	Não	Não

Professor II, UFPB, CAMPUS I	Sim	Sim. No mestrado e Doutorado. Atua com projeto de iniciação científica sobre sustentabilidade	Não	Não
UFPB, Campus IV	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Professor I, UEPB, Campus I	Sim	Sim. Através do PIBIC, pesquisando sobre governança corporativa no âmbito universitário. Produção de artigos.	Não	Não
Professor I, UEPB, Campus VI	Não	Não	Não	Não
Professor II, UEPB, Campus VI	Não	Só estimula	Não	Não
Professor I, UFCG, Campus de Sousa	Sim	Sim. Pesquisa com perímetro irrigado. Projeto sobre gestão ambiental em indústrias de laticínios.	Não	Não

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Conforme observado no quadro 16, o desenvolvimento de pesquisas tem recebido maior atenção em comparado com a extensão. Dos 6 docentes entrevistados, 4 responderam que desenvolvem, orientam e/ou estimulam pesquisas articulando questões ambientais, relacionando essas questões com a Contabilidade e Gestão empresarial. Alguns, ainda, trabalham em seus projetos de pesquisas relacionadas a sustentabilidade. Já com relação a extensão, nenhum dos docentes entrevistas participam de projetos de extensão. É importante destacar que este ponto

diverge da fala dos coordenadores, estes afirma que os cursos realizam extensão em suas IES e nas falas dos docentes isso não pôde ser verificado.

Mesmo as Universidades sendo centros de Ensino, Pesquisa e Extensão, observa-se através da análise dos entrevistados que o ensino tradicional ainda tem sido o foco dos cursos de Ciências Contábeis das IES estudadas, mesmo esse ensino passando por algumas modificações. As IES pesquisadas tem dispensando esforços para o desenvolvimento na área de pesquisa, porém isso ainda não se constitui como sendo uma prática tão constante. Com relação a extensão, os cursos pesquisados apresentam pouca representação nesse quesito.

O resultado aqui apresentado corrobora com a pesquisa de Sousa *et al.* (2017), onde eles comentam sobre a necessidade de incentivo para a extensão, considerando a importância desta para as universidades. Ele ainda comenta que a esta cultura nas universidades não vai mudar no curto prazo, mas que esta mudança é necessária para que haja a inclusão, nas universidades, da comunidade externa.

4.3 ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O Projeto Pedagógico do Curso é um documento que serve para orientar as ações que devem ser desenvolvidas pelos cursos. Os PPCs dos cursos de Ciências Contábeis pesquisados foram consultados pelo site da própria instituição, com exceção do PPC da UFPB, Campus VI que foi disponibilizado pelo coordenador do curso.

Todos os PPCs, dos cursos pesquisados puderam ser analisados. Os documentos foram lidos e em seguida foram coletadas informações, através de um *Check-List* (APÊNDICE C). O objetivo mencionado está direcionado a responder ao seguinte questionamento, verificar se a questão ambiental é abordada nos PPCs dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Públicas da Paraíba. Este instrumento de coleta é composto por quesitos relacionados aos aspectos legais da inserção da temática, as práticas desenvolvidas pelas IES. O intuito do presente instrumento é verificar se as falas dos coordenadores e docentes dos cursos pesquisados estão em conformidade com seus PPCs.

As informações coletadas pelo *Check-List* são apresentadas a seguir na forma de tabelas. A tabela 1 aborda sobre se os cursos de Ciências Contábeis pesquisados se propõem a trabalhar as questões ambientais, o resultado segue:

Tabela 1 – As questões ambientais são trabalhadas nos cursos de Ciências Contábeis

INSTITUIÇÃO	SIM	NÃO
UFPB, CAMPUS I	X	
UFPB, CAMPUS IV	X	
UEPB, CAMPUS I	X	
UEPB, CAMPUS VI	X	
UFCG, CAMPUS DE SOUSA	X	

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Através da análise dos PPCs, pode-se observar que todas as instituições pesquisadas se propõem a trabalhar as questões ambientais nos cursos pesquisados. A maioria das referências a essa temática nos PPCs dos cursos estão relacionadas ao cumprimento dos aspectos legais e/ou no contexto da missão institucional.

O próximo quesito está relacionado sobre se as IES pesquisadas se propõe a trabalhar as questões socioambientais. A tabela 2 mostra o resultado da análise.

Tabela 2 – A instituição se propõe a trabalhar as questões ambientais nos cursos de Ciências Contábeis

INSTITUIÇÃO	SIM	NÃO
UFPB, CAMPUS I	X	
UFPB, CAMPUS IV	X	
UEPB, CAMPUS I	X	
UEPB, CAMPUS VI	X	
UFCG, CAMPUS DE SOUSA	X	

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Conforme mostra os dados da tabela 2, mostra que as IES pesquisados se propões a trabalhar a temática ambiental em seus cursos. Através da análise dos documentos, observou-se que elas se propõem a trabalhar a temática não só no

ensino, mas na pesquisa e extensão, além de desenvolver outras práticas internas na instituição.

A tabela 3 mostra o resultado da análise dos PPCs em relação a se as IES aborda a Educação Ambiental em disciplinas específicas. O resultado da análise segue:

Tabela 3 – A Educação Ambiental é abordada em disciplina específica

INSTITUIÇÃO	SIM	NÃO
UFPB, CAMPUS I		X
UFPB, CAMPUS IV		X
UEPB, CAMPUS I		X
UEPB, CAMPUS VI		X
UFCG, CAMPUS DE SOUSA		X

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Das IES pesquisadas, nenhuma delas aborda a Educação Ambiental em disciplina específica, o que corrobora com as respostas dos coordenadores dos cursos pesquisados. Vale salientar que a única referência nos PPCs sobre a Educação Ambiental é quando neles são mencionadas as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental.

A seguir, são apresentados os resultados referente a se a temática ambiental é abordada em disciplinas optativas/eletivas. O resultado segue na tabela 4:

Tabela 4 – A temática ambiental é abordada em disciplina específica

INSTITUIÇÃO	SIM	NÃO
UFPB, CAMPUS I	X	
UFPB, CAMPUS IV		X
UEPB, CAMPUS I	X	
UEPB, CAMPUS VI	X	
UFCG, CAMPUS DE SOUSA	X	

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Conforme análise dos PPCs, apenas uma instituição não trabalha a questão ambiental em disciplinas específica. Cabe destacar que a referida instituição aborda a temática na disciplina de controladoria, porém o coordenador não tem conhecimento se a temática realmente está sendo trabalhada pelo professor da disciplina. Para fins de análise, segue as disciplinas ofertadas pelos cursos, que abordam a temática ambiental:

- Contabilidade Ambiental
- Contabilidade e Gestão Ambiental
- Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável
- Contabilidade Socioambiental
- Ferramentas de Gestão Ambiental

O item seguinte refere-se a se temática ambiental é trabalhada em disciplinas específicas. Em caso afirmativo, em quantas obrigatórias e em quantas optativas. A análise realizada nos PPCs mostra o seguinte resultado:

A tabela 5, mostra a distribuição das disciplinas em duas categorias; Obrigatórias e Optativas/eletivas.

Tabela 5 – Quantitativo de disciplinas obrigatórias e optativas/eletivas

INSTITUIÇÃO	OBRIGATÓRIA	OPTATIVA/ELETIVA
UFPB, CAMPUS I	-	1
UFPB, CAMPUS IV	-	-
UEPB, CAMPUS I	-	1
UEPB, CAMPUS VI	1	-
UFCG, CAMPUS DE SOUSA	1	2

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Observa-se com o resultado da análise, que a maior parte das disciplinas que abordam a temática ambiental são de caráter optativo/eletivo, o que corrobora com a fala do Professor II da UEPB, Campus VI. Cabe destacar que a UFPB, Campus IV conforme apresentada, não possui em sua grade curricular disciplina específica que aborde a temática, porém de acordo com a entrevista realizada pela coordenador, a

temática foi proposta para ser inserida nas disciplinas Controladoria, Direito Empresarial e Contabilidade III, todas de caráter obrigatório.

A tabela 6 aborda se é possível gerar integração entre os conteúdos dos currículos e as questões ambientais. O resultado é apresentado a seguir.

Tabela 6 – Integração entre os conteúdos dos currículos e as questões ambientais

INSTITUIÇÃO	SIM	NÃO
UFPB, CAMPUS I		X
UFPB, CAMPUS IV	X	
UEPB, CAMPUS I		X
UEPB, CAMPUS VI		X
UFCG, CAMPUS DE SOUSA	X	

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Apenas duas das cinco IES pesquisadas possuem no seu conteúdo questões relacionadas a temática ambiental. De acordo com a fala dos entrevistados, é possível que a temática seja discutida no âmbito de qualquer disciplina do curso, o que pode ser corroborado com o referencial teórico aqui apresentado.

A tabela 7, propõe a responder se há previsão no PPC acerca das questões ambientais na extensão. O resultado segue:

Tabela 7 – Previsão no PPC acerca das questões ambientais na extensão

INSTITUIÇÃO	SIM	NÃO
UFPB, CAMPUS I		NÃO
UFPB, CAMPUS IV		NÃO
UEPB, CAMPUS I		NÃO
UEPB, CAMPUS VI		NÃO
UFCG, CAMPUS DE SOUSA		NÃO

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

As IES são centros que devem promover o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Observa-se com o resultado que a temática ambiental não é considerada na extensão de acordo com seus PPCs. Isso corrobora com as falas dos docentes quando não

obteve-se nesta pesquisa nenhum professor que trabalhe com a temática na extensão.

Ainda na mesma perspectiva, agora na pesquisa. A tabela 8 mostra o resultado da análise sobre se há previsão nos PPCs dos cursos pesquisados sobre as questões ambientais na pesquisa. Os resultados seguem:

Tabela 8 – Previsão no PPC acerca das questões ambientais na pesquisa

INSTITUIÇÃO	SIM	NÃO
UFPB, CAMPUS I		NÃO
UFPB, CAMPUS IV		NÃO
UEPB, CAMPUS I		NÃO
UEPB, CAMPUS VI		NÃO
UFCG, CAMPUS DE SOUSA		NÃO

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Os PPCs dos cursos pesquisados não abordam a temática ambiental no contexto da pesquisa, o que diverge das falas apresentadas pelos coordenadores e docentes entrevistados. Ou seja, as falas apontam para o desenvolvimento da pesquisa nas IES, enquanto que nos PPCs isso não pode ser observado.

A seguir, na tabela 9, são apresentados os resultados sobre se o meio ambiente é tratado como conteúdo interdisciplinar.

Tabela 9 – O Meio Ambiente é tratado como um conteúdo interdisciplinar

INSTITUIÇÃO	SIM	NÃO
UFPB, CAMPUS I		NÃO
UFPB, CAMPUS IV		NÃO
UEPB, CAMPUS I		NÃO
UEPB, CAMPUS VI		NÃO
UFCG, CAMPUS DE SOUSA		NÃO

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

De acordo com os resultados obtidos na análise, não, as IES não têm abordado a Meio Ambiente em seus PPCs como sendo conteúdo interdisciplinar, o ele sugere é

que as questões ambientais devem ser inseridas em alguns momentos, como por exemplo pode ser visto no texto do PPC no qual faz referência ao perfil dos egressos apresentando no mesmo documento. Eles mencionam o compromisso de formar profissionais com habilidades voltadas as questões socioambientais.

A tabela 10 corresponde a análise sobre se o perfil profissional formado atende a ideia de que o indivíduo é um dos atores do meio ambiente.

Tabela 10 – O perfil do profissional formado atende a ideia de que o indivíduo é um dos atores do meio ambiente

INSTITUIÇÃO	SIM	NÃO
UFPB, CAMPUS I	SIM	
UFPB, CAMPUS IV	SIM	
UEPB, CAMPUS I	SIM	
UEPB, CAMPUS VI	SIM	
UFCG, CAMPUS DE SOUSA	SIM	

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Este quesito é abordado nos PPCs dos cursos principalmente quando se fala sobre o perfil do egresso de cada curso pesquisado. Porém tal resultado vai na contramão das falas dos docentes entrevistados, no qual a maioria deles afirma que as questões ambientais não são suficientes para tal objetivo.

Dando continuidade, a tabela 11 aponta se a Lei 9.795/1999 é citada em algum momento no PPC dos cursos pesquisados. O resultado, segue.

Tabela 11 – Em algum momento é citada a Lei 9.795/99

INSTITUIÇÃO	SIM	NÃO
UFPB, CAMPUS I	SIM	
UFPB, CAMPUS IV	SIM	
UEPB, CAMPUS I		NÃO
UEPB, CAMPUS VI		NÃO
UFCG, CAMPUS DE SOUSA		NÃO

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Observa-se que, através dos resultados obtidos, apenas dois dos cinco cursos pesquisados trazem em seu texto aspectos da Lei 9.795/1999. Assim, mesmo havendo nas discussões relacionados ao tema, essa questão ainda é pouco abordada no documento principal dos cursos.

A tabela 12, propõe-se a apresentar se em algum momento são citadas as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental. O resultado segue:

Tabela 12 - Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental são citadas no PPC

INSTITUIÇÃO	SIM	NÃO
UFPB, CAMPUS I		NÃO
UFPB, CAMPUS IV		NÃO
UEPB, CAMPUS I		NÃO
UEPB, CAMPUS VI		NÃO
UFCG, CAMPUS DE SOUSA		NÃO

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O resultado aponta que nenhuma das IES pesquisadas apresentam em seus PPCs menção as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental, mesmo sendo uma exigência legal. Em sua pesquisa, Lopes (2019) comenta sobre essas exigências legais em relação as questões ambientais e as IES devem implantar isso de forma gradativa em seus currículos.

Cabe, ainda, destacar que tal inserção tornou-se instrumentos de avaliação por parte do Ministério da Educação, desde a aprovação das Resolução nº 2 de 2012. No entanto, essa inserção ainda ocorre de maneira tímida nos Currículos dos cursos de Graduação em Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior Públicas da Paraíba, conforme dados da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar como a temática ambiental vem sendo trabalhada nos cursos presenciais de Ciências Contábeis das Universidades Públicas do Estado da Paraíba. Para o atingimento do objetivo proposto, realizou-se um estudo descritivo. Como procedimentos para coleta de dados foi realizada uma pesquisa documental, no qual foram analisados os Projetos Pedagógicos dos Cursos. Ainda, foram realizadas entrevistas com os coordenadores e professores dos cursos pesquisados.

Inicialmente foi realizado um levantamento da principal legislação relacionada a temática proposta. A seguida, a pesquisa trouxe em seu referencial teórico, abordagens sobre a criação do curso de Ciências Contábeis, bem como quais os aspectos legais que sugerem a inserção da temática ambiental nos cursos pesquisados.

Os resultados obtidos com o presente estudo mostram que ainda são grandes os desafios para uma inserção eficiente da temática ambiental nos currículos dos cursos de Ciências Contábeis da Paraíba, mesmo a literatura mostrando que houve avanços significativos em relação as discussões sobre a temática. Isso sugere um repensar por parte das IES para que seja dada uma melhor atenção a inserção da temática em seus cursos, visto que tal inserção pode contribuir para a formação de um perfil de profissionais com habilidades para as questões ambientais.

A análise realizada com os coordenadores dos cursos pesquisados, realizada para entender como a inserção da temática vem sendo realizada com base na percepção dos coordenadores dos cursos, mostra que ela vem sendo inserida nos cursos. Essa inserção se dá por meio tanto através dos conteúdos trabalhados nas disciplinas dos cursos, bem como através de pesquisas realizadas pelos docentes das IES. As disciplinas são de caráter optativas e obrigatórias, merecendo destaque as disciplinas optativas por ainda são maioria em se tratando da oferta de disciplinas que abordem a temática.

A entrevistas realizadas com os docentes do curso apontam, no intuito de verificar como a temática ambiental está inserida nos cursos pesquisados na percepção dos docentes, que esses não possuem dificuldades na inserção do temas nas disciplinas lecionadas; apontam que realizam tal inserção de forma interdisciplinar

e transversal e, ainda, asseguram que os discentes participam de forma efetiva e que conseguem aplicar na prática os conceitos discutidos em sala.

A pesquisa chegou ao resultado de que inserção da temática ainda é restrita a alguns professores que tenham algum tipo de envolvimento com a área. E que uma das grandes dificuldades apontadas pelos entrevistados, para a inserção da temática nos cursos era a falta de professores com formação específica na área, o que acaba fazendo com que as ações aconteçam de forma pontual dentro dos cursos pesquisados.

Mesmo a pesquisa tendo mostrado que a opinião dos coordenadores e professores foi unânime em relação a importância da inserção da temática nos cursos, não é possível afirmar as práticas desenvolvidas nos cursos Ciências Contábeis pesquisados conseguem atender as exigências legais, bem como as Diretrizes para a Educação Ambiental. O que pode ser observado é que as discussões acerca da Educação Ambiental precisam avançar, do contrário, os resultados ficarão muito aquém do pretendido.

A presente pesquisa se propôs, ainda, a uma análise dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Ciências Contábeis das IES públicas da Paraíba. Todos os PPCs puderam ser analisados, o que pode ser confrontado com as falas dos entrevistados.

Através da análise realizada com os PPCs dos cursos pesquisados chegou-se a conclusão de que as falas dos coordenadores divergem no sentido de que eles apontam que são realizadas diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de eventos e ações pontuais relacionadas a temática, o que não pode ser observado no referido documento. Os PPCs abordam essa temática apenas quando mencionam as disciplinas ofertadas pelos cursos, o perfil dos egressos e em alguns casos, em cumprimento a sua missão enquanto Instituição.

O fato supra citado sugere que ou as práticas mencionadas pelos coordenadores não estão sendo pouco evidenciadas nos cursos ou tais práticas não são levadas em consideração no momento de elaboração do documento.

Outro ponto que merece destaque é o fato de nos PPCs dos cursos não fazer menção a legislação referente a Educação Ambiental, mesmo sendo um quesito avaliativa do MEC, bem como exigência legal por parte da Resolução nº 2 de 2012. Apesar dessas exigências legais, inserção da Educação Ambiental no currículo dos profissionais de contabilidade tem sido bastante restrita, ocorrendo assim, de maneira limitada a alguns professores do curso.

Essa limitação faz com que essa inserção não aconteça de forma interdisciplinar e transversal em todas as disciplinas dos cursos como sugere a legislação pertinente. Através da análise das falas dos coordenadores, a elaboração do PPC do curso fica a critério do NDE, assim, sugere-se que essa construção tenha uma maior participação dos demais docentes do curso, para que estes possam se envolver mais com a temática e isso seja prática permanente nos cursos.

A partir dos resultados obtidos, é possível concluir que a presente pesquisa conseguiu atingir o objetivo principal da pesquisa que era analisar como a temática ambiental vem sendo trabalhada nos cursos presenciais de Ciências Contábeis das Universidades Públicas do Estado da Paraíba. Os objetivos específicos foram atendidos por meio da realização das entrevistas com os coordenadores e professores, bem como foi realizada a análise dos PPCs dos cursos.

Sugere-se que seja realizada uma pesquisa com os discentes dos cursos pesquisados, com o intuito de contribuir para se ter uma visão completa acerca da inserção da temática ambiental nos cursos pesquisados, bem como analisar como a temática tem sido trabalhada na pesquisa e extensão.

A contribuição da pesquisa é uma maior abrangências da temática nos cursos de ciências contábeis da IES públicas da Paraíba, para que se possa ter uma visão mais sistêmica e interdisciplinar sobre o enfoque da Educação ambiental.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Inêz de Oliveira. **A Universidade e a Formação de Professores para a Educação Ambiental**. Revista Brasileira de Educação Ambiental – REVBEA, Nº. 0, p.70 – 78, novembro-2004. Disponível em:

http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/revbea_n_zero.pdf. Acesso em: 11jun.2017.

BARBIERI, J. C. A educação ambiental e a gestão ambiental em cursos de graduação em administração: objetivos, desafios e propostas. **Revista Brasileira de Administração Pública**. Rio de Janeiro v. 38, n. 6, p. 919-946, nov./dez., 2004.

Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/download/6766/5348>> Acesso em: 10 jun. 2017.

BARBIERI, J.C; SILVA, D. Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **Revista de Administração Mackenzie**,v. 12, n. 3, São Paulo, mai./jun. 2011. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ram/v12n3/a04v12n3.pdf>> Acesso em: 09 jun. 2017

<<http://www.scielo.br/pdf/ram/v12n3/a04v12n3.pdf>> Acesso em: 09 jun. 2017

BARBOSA, G. S. O Desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**,v.1, n. 4, Rio de Janeiro, jan./jun. 2008. Disponível em:<

http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_O_Desafio_Do_Desenvolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf> Acesso em: 13 jun. 2017

BILERT, Vania Silva de.; LINGNAU, Rodrigo.; OLIVEIRA, Marlize Rubin. **A educação ambiental nos cursos das Ciências Sociais.. PERSPECTIVA**, Erechim, v. 38, n.142, p. 103-113, junho/2014. Disponível em:

http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/142_422.pdf. Data de acesso: 17/10/2016.

BRASIL. Lei Nº 9795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.**

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 12jun. 2017.

BRASIL. Resolução Nº 10, de 16 de dezembro de 2004. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 28 dezembro de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf> Acesso em: 11 set. 2017.

BRASIL. Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 15 junho de 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 11 set. 2017.

CANDIOTTO, Lucimara Bortoleto; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: Das aulas de comércio ao curso superior de Ciências Contábeis (1808-1951).** In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009, Curitiba, PR. Anais... Curitiba, PR; 2009.

COIMBRA, D. B. Abordagens e Limitações da Educação Ambiental no Ensino Superior: **percepções a partir da disciplina de gestão ambiental nos cursos de graduação em Administração na cidade de Fortaleza-CE.** 2011. 116 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2011. Disponível em:< http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3078/1/2011_Tes_DBCoimbra.pdf> Acesso em: 17jun 2017.

Conceitos de Educação Ambiental. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>. Data de acesso: 03/10/2016.

Educação Ambiental – publicações. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/13639-educacao-ambiental-publicacoes>. Data de acesso: 03/10/2016.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental: Uma informação para o Desenvolvimento Sustentável**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011.

GIESTA, L. C. **Educação (Ambiental) e Gestão Ambiental nas Organizações: a importância de uma abordagem inter/transdisciplinar**. In: ENCONTRO NACIONAL E I ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 11, 2009, Fortaleza, CE. Anais... Fortaleza, CE; [s.n.], 2009.

GIESTA, L. C. **Educação Ambiental e Gestão Ambiental no ativo Mossoró da Unidade RN/CE da Petrobras**. REAd. Revista eletrônica de Administração, Porto Alegre, n. 2, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-23112013000200008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 11jun.2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação a pesquisa científica**. 3.ed. Campinas: Alínea, 2003.

Ministério do Meio Ambiente. A política de Educação Ambiental: **Histórico Mundial**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-mundial>. Acesso em: 15jun. 2017.

NEVES, Josélia Gomes. A Educação Ambiental e a questão conceitual. **Revista Educação Ambiental em Ação**. V. 6, n. 15, Novo Hamburgo, dez/fev. 2005.

Disponível em: <<http://www.revistaeea.org/artigo.php?idartigo=369>> Acesso em: 09jun.2017.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental: Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência e Focada na Prevenção**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2006.

Portal MEC. **Carta de Belgrado**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CBelgrado.pdf>> Acesso em: 15jun.2017.

RAMOS, Elisabeth Christmann; FELLINI, Cristiane. A formação do educador e a educação ambiental no curso de pedagogia. In: **VIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DA PUCPR 9EDUCERE) – EDIÇÃO INTERNACIONAL E III CONGRESSO IBERO – AMERICANO SOBRE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS**, 2008, Curitiba. *Anais*. , 2008. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/940_603.pdf> Acesso em: 15jun.2017.

Rio+20. **A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: < http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html> Acesso em: 15jun.2017.

ROMANOWSKI, Luiz Roberto; PINTO, Neuza Bertoni. **Os primeiros cursos superiores de Ciências Contábeis no Brasil**. Revista Intersaberes. Paraná. V.9, n.6, p. 499-515, jul/dez, 2014. Disponível em: <https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/download/844/471>. Acesso em: 11jul.2017.

SALLUM, Alexandre. A primavera silenciosa de Rachel Carson. **Revista Ecológica** Disponível em: <http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=42&secao=536&mat=565> Acesso em: 11jun.2017.

SAUVÉ, Lucie. **Educação Ambiental: Possibilidades e limitações**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317 – 322, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.foar.unesp.br/Home/projetoviverbem/sauve-ea-possibilidades-limitacoes-meio-ambiente---tipos.pdf>. Acesso em: 15maio.2017.

TRISTÃO, M.. **A educação ambiental na formação de professores**. 2 ed. São Paulo: Annablume; Vitória: Fapitec, 2008.



APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA)
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade
 (PPGATS)

Título da Pesquisa: Educação Ambiental em cursos de Ciências
 Contábeis da Paraíba

Roteiro para os Coordenadores

1. Quantos professores tem no curso?
2. Quantos alunos tem no curso?
3. O curso atua em quais turnos?
4. Como você vê o papel dos futuros contadores em relação às questões ambientais?
5. A questão ambiental é trabalhada de alguma forma no curso de Ciências Contábeis em que você atua? Como?
6. Que tipo de formação possuem os professores que lecionam nas disciplinas voltadas à temática ambiental?
7. A instituição estimula de alguma maneira a formação dos professores nas áreas ambientais?
8. Qual a importância de contemplar a questão ambiental no Projeto Político Pedagógico do Curso?
9. Você acha que as questões ambientais estão bem contempladas no curso?
10. Você participou da elaboração do último PPC do curso?
11. Existe um tempo regular para revisão do PPC e das ementas das disciplinas? Caso sim, de quanto em quanto tempo? Caso não, há previsão de revisão do PPC?
12. Você teria alguma alteração no PPC que desejasse inserir com relação as questões ambientais?
13. Você tem conhecimento da legislação brasileira de educação ambiental? (Programa Nacional de Educação Ambiental, Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental).
14. Há consideração dos aspectos legais de educação ambiental no PPC?
15. Você percebe desafios para a elaboração e/ou implementação das questões ambientais na estrutura curricular do curso que coordena?
16. Em sua opinião, o curso de graduação em Ciências Contábeis da sua instituição possibilita uma formação interdisciplinar?
17. Existem metodologias diferentes do modelo tradicional que o curso privilegia (ex. aulas de campo, estudos de caso, visitas técnicas, ensino com pesquisa e extensão, etc)?
18. Os professores, a coordenação ou a Instituição estimulam práticas sustentáveis no curso? Caso sim, de que forma?

19. As disciplinas do curso contribuem para que os formandos intervenham na melhoria/mudança de suas realidades, pensando na questão ambiental? De que forma?
20. O que você acha que a Instituição poderia fazer para contribuir na formação de cidadãos mais responsáveis ambientalmente?
21. Os professores e discentes do curso desenvolvem pesquisa articulando questões ambientais? Que exemplos poderia citar?
22. Os professores e discentes do curso possuem projetos de extensão articulando questões ambientais?
23. Há estímulos à produção de TCCs/monografias abordando questões ambientais?
24. Atualmente, o número de TCCs/monografias na área ambiental é significativo?
25. Para uma pesquisa direcionada aos professores do curso que trabalham mais diretamente com as questões ambientais, que professores você indicaria que fossem entrevistados? (Você seria um deles?)
26. Qual a sua formação acadêmica (titulação e área)?
27. Há quanto tempo você coordena o curso?
28. Que disciplinas ministra no curso de Ciências Contábeis?

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA)
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e
 Sociedade (PPGATS)
 Título da Pesquisa: Educação Ambiental em cursos de Ciências
 Contábeis da Paraíba

Roteiro para os Professores

1. Qual a sua formação acadêmica (titulação e área)?
2. Que disciplinas ministra no curso de Ciências Contábeis?
3. São disciplinas obrigatórias ou eletivas/optativas?
4. Como você vê o meio ambiente? Qual a sua concepção de meio ambiente?
5. Como você vê educação ambiental? Qual sua concepção de educação ambiental?
6. A questão ambiental é trabalhada de alguma forma no curso de Ciências Contábeis em que você atua?
7. Você trabalha com as questões ambientais nas suas disciplinas?
8. Caso não, por quê?
9. Caso sim,
 - a) em quais disciplinas?
 - b) de qual forma trabalha com as questões ambientais nas disciplinas?
 - c) A realidade local, o entorno da IES, a comunidade são abordados em sua disciplina?
 - d) Quais os principais autores que você utiliza para subsidiar essa inserção?
10. Você estimula as práticas sustentáveis na sua disciplina? Caso sim, de que forma?
11. As suas disciplinas contribuem para que os formandos intervenham na melhoria/mudança de suas realidades, pensando na questão ambiental? De que forma?
12. Quais as principais dificuldades e benefícios encontrados na inserção da questão ambiental nas disciplinas?
13. Você desenvolve pesquisa articulando questões ambientais?
14. Você estimula ou orienta pesquisas que tratam de questões ambientais?
15. Caso sim, você pode detalhar melhor essa inserção na pesquisa?
16. Você participa de projetos de extensão articulando questões ambientais? Atua em algum desses projetos como coordenador?
17. Caso sim, você pode detalhar melhor essa inserção na extensão?

18. Você tem conhecimento da legislação brasileira de educação ambiental? (Programa Nacional de Educação Ambiental, Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental)



APÊNDICE C

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA)
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade
 (PPGATS)

Título da Pesquisa: Educação Ambiental em cursos de Ciências
 Contábeis da Paraíba

Check-List dos PPCs dos Cursos

Instituição: _____

Ano do desenvolvimento do PPC: _____

Pontos a serem analisados nos textos	Sim	Não
As questões ambientais são trabalhadas nos cursos de Ciências Contábeis?		
A instituição se propõe a trabalhar as questões socioambientais?		
A Educação Ambiental é abordada em uma disciplina especifica?		
A temática ambiental é abordada em disciplinas optativas/eletivas?		
A temática ambiental é trabalhada em disciplinas específicas? Caso sim, em quantas disciplinas obrigatórias e em quantas optativas:		
É possível gerar integração entre os conteúdos dos currículos e as questões ambientais?		
Há previsão no PPC acerca das questões ambientais na extensão?		
Há previsão no PPC acerca das questões ambientais na pesquisa?		
O meio ambiente é tratado como um conteúdo interdisciplinar?		
O perfil do profissional formado atende a ideia de que o individuo é um dos atores do meio ambiente?		
Em algum momento é citada a Lei 9.795/1999?		
Em algum momento são citadas as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental?		
Nome da(s) disciplina(s) que tratam as questões ambientais:		
Outros comentários importantes:		